



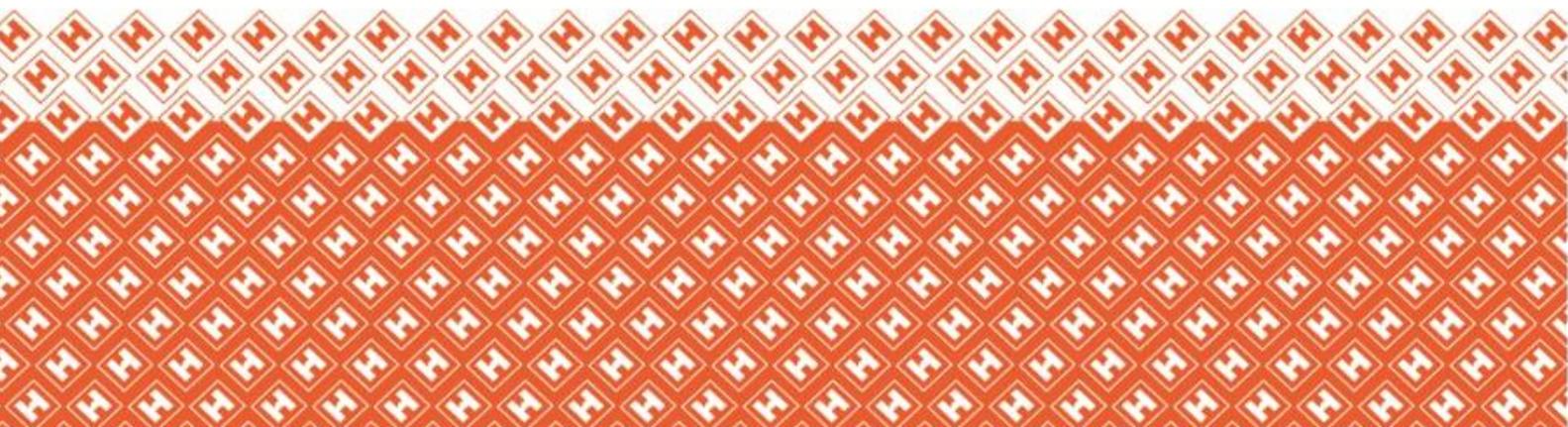
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

EDILENE ROCHA DE ABREU

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS COM O MOVIMENTO
CRESPOS/CACHEADOS EM CAXIAS-MA**

São Luís, MA
2024





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE - PPR
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
MPEH PROFHISTÓRIA



EDILENE ROCHA DE ABREU

EDUCAÇÃO

para as

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
COM O MOVIMENTO CRESPOSCACHEADOS em
CAXIAS-MA



São Luis
2024

EDILENE ROCHA DE ABREU

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS COM O
MOVIMENTO CRESPOS/CACHEADOS EM CAXIAS-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Orientador: Prof.^o Dr. Marcelo Pagliosa Carvalho.

SÃO LUÍS
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Abreu, Edilene Rocha de.

Educação Para As Relações Étnico-raciais Com O Movimento Crespos/cacheados Em Caxias Ma / Edilene Rocha de Abreu. - 2024.
131 p.

Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo Pagliosa Carvalho. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Rede - Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Ensino de História. 2. Educação Étnico Racial. 3.
Movimento Crespos/cacheados. 4. Cartilha Educativa. 5.
I. Carvalho, Prof. Dr. Marcelo Pagliosa. II. Título.

RESUMO

Educação para as relações étnico-raciais é uma maneira de contribuir para uma sociedade inclusiva, principalmente quando relacionada com as experiências dos próprios alunos e por abranger ações que valorizem a autoestima e o empoderamento. O objetivo desta pesquisa é possibilitar meios de dialogar e aprender com o movimento negro, tendo como foco a estética e a corporeidade negra como símbolo de resistência em uma sociedade que, ainda, mantém padrões definidos pelo processo de colonização. Dessa forma, o ensino amplia o foco do currículo escolar de uma história eurocêntrica para uma história do Brasil que valorize sua diversidade cultural, contemplando o que diz a Lei nº 10.639, de 2003 que altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira. Nesse sentido, buscamos estreitar os laços da escola com o movimento negro, trocando experiências com o Movimento Crespos\Cacheados da cidade de Caxias – MA, que realiza um trabalho com a juventude negra. Para demonstrar a aplicabilidade desta pesquisa, será produzida uma cartilha sobre educação étnico-racial que servirá como sugestão de material educativo para os professores de história do ensino médio.

Palavras-chaves: Ensino de História; Educação Étnico-racial; Movimento Crespos\ Cacheados; Cartilha Educativa.

ABSTRACT

Education for ethnic-racial relations is a way to contribute to an inclusive society, especially when related to the experiences of the students themselves and by encompassing actions that value self-esteem and empowerment. The aim of this research is to provide means of dialogue and learning with the black movement, focusing on black aesthetics and corporeality as symbols of resistance in a society that still maintains standards defined by the colonization process. In this way, teaching expands the focus of the school curriculum from a Eurocentric history to a history of Brazil that values its cultural diversity, in accordance with Law 10639 of 2003, which amends Law 9394/96 (Law of Guidelines and Bases of National Education) on the teaching of Afro-Brazilian history and culture. In this sense, we seek to strengthen the ties between the school and the black movement, exchanging experiences with the Crespos/Cacheados Movement in the city of Caxias – MA, which works with black youth. To demonstrate the applicability of this research, a booklet on ethnic-racial education will be produced as a suggested educational material for high school history teachers.

Keywords: History Teaching; Ethnic-Racial Education; Crespos/Cacheados Movement; Educational Booklet.

AGRADECIMENTO

Não foi fácil o processo de chegar até aqui, mas foi libertador. Cursar o mestrado foi concretizar um desejo antigo, e tive a oportunidade quando pude lecionar na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) como substituta no curso de história, mas acabei perdendo o momento ideal. Passaram-se os anos e as dificuldades foram aumentando por conta das necessidades salariais e de trabalho. Então percebi que o momento ideal não existe; o que existe é a vontade de fazer dar certo e o que definimos como prioridade para a nossa vida.

Sempre vai ser difícil quando se é professor no Brasil; as dificuldades são enormes, diante dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho. Conciliar a profissão com as outras funções que desempenhamos, como as atividades domésticas e a educação dos filhos, traz sobrecarga e dificulta o desempenho físico e mental de qualquer pessoa, principalmente quando se é mulher.

Nesse sentido, é com imensa gratidão que dedico esta dissertação de mestrado em Ensino de História ao meu filho Arthur Rocha Gomes, por todos os momentos que tive de abdicar de estar com ele, e não conseguia, por conta das diversas funções que desempenho.

Agradeço a Deus por todas as vezes que senti necessidade de me fortalecer espiritualmente e percebi a Sua presença, me guiando diante das incertezas, e ao meu processo terapêutico de autoconhecimento que me ajudou no caminho do despertar e no reconhecimento de minhas potencialidades.

Ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, por possibilitar essa oportunidade para que os professores possam continuar aprendendo mesmo diante das dificuldades de conciliação entre estudo e trabalho, e aos colegas de turma, pela troca de conhecimentos e informações.

A escolha do meu orientador, Professor Dr. Marcelo Pagliosa Carvalho, foi importante devido à sua competência profissional. Sou grata pelas dicas de leituras e pelas orientações fornecidas durante a construção da dissertação.

Agradeço ao Movimento Crespos\Cacheados pela troca de experiências e pela disponibilidade em realizar as atividades, e à gestão do C.E. Cônego Aderson Guimarães Junior por facilitar, mesmo com todas as dificuldades que enfrenta, as ações educativas na escola.

Aos alunos, que são os principais protagonistas da educação, e aos colegas de profissão com quem dialoguei e que contribuíram nesse percurso.

Não posso deixar de mencionar meu namorado, Jannes Cornellius, que deixou esse processo mais leve.

A minha família, em especial as mulheres, por me dar suporte quando preciso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Alunos protestando em frente a escola	30
Figura 2: Alunos da escola observando a maquete da cidade de Caxias-MA	32
Figura 3: Diretora do memorial da Balaiada, Mercilene Barbosa palestrando na escola.	33
Figura 4: Garota e Garoto Crespos/Cacheados	36
Figura 5: Integrantes do Movimento Crespos/Cacheados	36
Figura 6: Logomarca do Movimento Crespos/Cacheados	46
Figura 7: Integrantes do Movimento Crespos/Cacheados	46
Figura 8: Arquivo Movimento Crespos/Cacheados (2022)	48
Figura 9: Arquivo Movimento Crespos/Cacheados (2022)	49
Figura 10: divulgação do Movimento Crespos/Cacheados	50
Figura 11: Bate-papo na escola com Tarciana Cardoso	51
Figura 12: Bate-Papo na Escola com Jeverson Brito	53
Figura 13: Aluna apresentando as tranças Afro-brasileiras	54
Figura 14: Produção de Cartazes confeccionados pelos alunos	54
Figura 15: Alunos representando a estética negra na escola	55
Figura 16: Apresentação de capoeira no pátio da escola	55
Figura 17: Apresentação do documentário com Jeverson Brito	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ESTÉTICA É EMPODERAMENTO? REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE ESTÉTICA NEGRA	21
2.1 O Cabelo Crespo Como Símbolo De Resistência	21
2.2. A Estética Negra como Identidade	24
3 A CIDADE DE CAXIAS COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA	29
3.1 O Contexto Histórico Escolar do Centro de Ensino Cônego Aderson Guimarães Junior	29
4 A ESCOLA COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO E ANTIRRACISTA	38
4.1 A Força do Movimento Negro para a Prática Educacional	38
4.2 Como Ser Um Professor(A) Antirracista	41
5 MOVIMENTO <u>CRESPOS/CACHEADOS</u>: SEU CABELO. SUA IDENTIDADE	46
5.1 A Luta Contra o Preconceito e a Intolerância Religiosa	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	64
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS INTEGRANTES DO MOVIMENTO CRESPOS\CACHEADOS.	65
APÊNDICE B: RELATÓRIO DE ATIVIDADES	66
APÊNDICE C: PRODUTO EDUCACIONAL	77
ANEXOS	123
ANEXO A: ESTATUTO DO COLETIVO CRESPOS\CACHEADOS	124

1 INTRODUÇÃO

Infelizmente, ainda identificamos lacunas na formação sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana para os professores, bem como na disponibilidade de materiais didáticos que apresentem as populações negras e indígenas como protagonistas de sua própria história.

Diante disso, são poucas as ações pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento de uma educação antirracista. Uma delas é a não aplicabilidade da Lei n.º 10.639 de 2003, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Embora a lei não seja nova, ela ainda não foi de fato implementada.

Como forma de buscar um entendimento maior sobre a temática étnico-racial e estreitar os laços da escola com o movimento negro, resolvemos possibilitar aos alunos do C.E. Cônego Aderson Guimarães Júnior uma troca de experiências e aprendizados com o Movimento Crespos\Cacheados, que realiza um trabalho de educação antirracista com a juventude negra na cidade de Caxias-MA.

Abordar o tema da escravização africana é um desafio, pois há nos alunos um certo constrangimento em relação à forma como o conteúdo é trabalhado pelo professor ou pelo livro em sala de aula. Até porque os livros didáticos pouco retratam a resistência e a cultura africana no Brasil; a maioria se restringe apenas ao processo de escravização justificado pela visão europeia, o que, muitas vezes, contribui para aumentar o preconceito e criar estereótipos.

As produções e pesquisas realizadas nos meios acadêmicos não estão chegando tão rapidamente nas escolas, embora algumas mudanças tenham acontecido em relação às discussões raciais, como nos cursos de licenciatura em história e pós-graduação, como no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória.

O trabalho desenvolvido com os Indicadores para a Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola (Carreira; Souza, 2013) durante a disciplina Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-Raciais nas aulas do mestrado, onde o professor orientou que cada aluno apresentasse um diagnóstico e um plano de ação de uma das dimensões do documento, foi muito importante para a reflexão sobre como essas práticas são planejadas na escola.

A experiência no Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória me permitiu questionar e refletir sobre a minha prática como professora, principalmente em relação aos conteúdos ministrados. Foi através do trabalho realizado durante a disciplina Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-Raciais que tive a oportunidade de conhecer o Movimento Negro Crespos\Cacheados, que desenvolve um trabalho nas escolas da cidade de Caxias – MA.

O Movimento Crespos/Cacheados me proporcionou fazer uma relação entre o ensino de história e a cultura afro-brasileira, trazendo o movimento negro para dentro da escola.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é possibilitar aos alunos do C.E. Cônego Aderson Guimarães Junior, que fica localizado na cidade de Caxias-MA, meios de aprender sobre história e cultura afro-brasileira através da própria expressividade da estética e da corporeidade negra. A proposta é ampliar o foco do currículo escolar de uma história eurocêntrica para uma história do Brasil que valorize sua diversidade cultural, contemplando o que diz a Lei nº 10.639, de 2003, que altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira.

No Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Cônego Aderson Guimarães Junior não há referência à obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, como define a Lei nº 10.639/2003.

Reafirmando a importância e a amplitude que carrega um Projeto Político-Pedagógico buscamos consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a Lei 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais, considerações dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Referenciais Curriculares Nacionais do Ensino Médio, dos Referenciais Curriculares Nacionais do Ensino Médio do Estado do Maranhão, bem como do Regimento Escolar dos estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão, instituído pela Resolução nº 118 de 2016 e a Portaria nº 2.343 de 2017 que estabelece a Sistemática de avaliação da Aprendizagem da Rede Estadual de ensino (PPP, 2018, p. 3).

O Projeto Político Pedagógico é um documento que orienta as diretrizes do processo de ensino e como a escola cria seu perfil educacional, servindo como um guia para a escola traçar melhorias no processo de aprendizagem. É um projeto político porque tem o objetivo de buscar a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que irão contribuir coletivamente no meio social em que vivem.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico define a identidade da escola. No

entanto, o C.E. Cônego Aderson Guimarães Junior, ao mesmo tempo que reafirma seu compromisso com as leis, não menciona a Lei nº 10.639/2003 sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, mesmo com sua obrigatoriedade no ensino.

Quando a escola propõe uma educação na perspectiva antirracista, ela está atendendo a uma dimensão política e uma forma de atender aos anseios do tempo presente que ainda convive com modelos e atitudes de um passado guiado pela visão do colonizador. Essa visão não é mais capaz de atender à realidade brasileira. A educação antirracista precisa ser debatida na escola por meio do próprio protagonismo negro. A falsa democracia racial precisa ser combatida porque ela silencia os conflitos existentes e camufla as desigualdades.

A escolha do professor de história em relação aos conteúdos que irá abordar e a leitura crítica do livro didático podem contribuir para a construção da noção de cidadania, como estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), ao enfatizar que é importante que os alunos saibam diferenciar a própria noção de cidadania nas diferentes temporalidades.

a formação de “cidadãos”, é importante ressaltar, não ocorre sem reflexões sobre seu significado. Do ponto de vista da formação histórica do estudante, a questão da cidadania envolve escolhas pedagógicas específicas para que ele possa conhecer e distinguir diferentes concepções históricas acerca dela, delineadas em diferentes épocas. O significado, por exemplo, que a sociedade brasileira atual tem de cidadania não é o mesmo que tinham os atenienses da época de Péricles, assim como não é o mesmo que possuíam os revolucionários franceses de 1789. O sentido que a palavra assume para os brasileiros atualmente, de certa maneira, inclui os demais sentidos historicamente localizados, mas ultrapassa os seus contornos, incorporando problemáticas e anseios individuais, de classes, de gêneros, de grupos sociais, locais, regionais, nacionais e mundiais, que projetam a cidadania enquanto prática e enquanto realidade histórica (PCNs , 1998, p.25).

Nesse sentido é importante a preocupação em evitar os anacronismos nas aulas, ao abordar a relação passado-presente no cuidado com as mudanças e permanências dos conceitos históricos. No artigo “O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades”, Daniel Pinha Silva (2014) aborda a necessidade do “anacronismo controlado” nas aulas de história, tendo em vista a possibilidade do esvaziamento da noção do passado com o excesso do presente.

Se descontrolada, a leitura retrospectiva/anacrônica esvazia a compreensão do passado como espaço de experiência marcado pela diferença, inviabilizando a leitura de mundo do presente pela égide da crítica e da desnaturalização, princípios caros à historiografia escolar – renovados em tempos, como os atuais, de ampliação do enfrentamento da pluralidade e da diferença cultural em âmbito público. Sem ponderação e discernimento

crítico, o tempo presente mobilizado na aula pode suspender do conhecimento histórico a sua capacidade de refletir sobre as permanências, estruturas e o “fundo permanente comum” que atravessa os séculos (Silva, 2014, p.126).

No entanto, o autor (2014) destaca a relevância que as aulas de história representam na contemporaneidade como um espaço de discussão dos anseios da vida em relação ao diálogo com a própria realidade dos alunos. Essa discussão não poderá ser realizada pelo professor de história sem a preocupação com os conceitos e tempos históricos no sentido de evitar, exatamente, os anacronismos históricos e a anulação do passado em detrimento do presente.

Dessa forma, o trabalho com a educação para as relações étnico-raciais na escola tem o objetivo de estimular a curiosidade e diversificar o trabalho com o conteúdo por meio de ações afirmativas que orientem e despertem a noção de cidadania e respeito à convivência social.

A Lei nº 10.639 é uma forma de discutir na escola as questões que emergem da sociedade, como o racismo, que mesmo no século XXI ainda é preocupante. A história se constitui em uma disciplina capaz de emergir da própria sociedade na medida em que estabelece noções científicas, sociais e, sobretudo, políticas. A escola seria esse espaço de discussão em que o campo da disciplina de história poderá realizar suas pesquisas e reflexões, para além dos muros da escola, no diálogo com a sociedade.

A autora Nilma Lino Gomes (2003) realiza um trabalho sobre a estética negra, analisando as representações e as concepções sobre o cabelo e o corpo negro dentro e fora do espaço escolar, com depoimentos de homens e mulheres negras. Ela destaca a importância dos espaços fora do ambiente escolar, capazes de contribuir para o diálogo e a formação dos professores.

[...] muitas vezes, as práticas educativas que acontecem paralelamente à educação escolar, desenvolvidas por grupos culturais, ONGs, movimentos sociais e grupos juvenis precisam ser considerados pelos educadores escolares como legítimas e formadoras. Elas também precisam ser estudadas nos processos de formação de professores. A escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade (Gomes, 2003, p.170).

Os espaços de aprendizagem podem ir além da sala de aula, por meio do diálogo com a comunidade e com as instituições, o que a autora denomina como articulação entre educação, cultura e identidade negra. Infelizmente, é no espaço

escolar que muitos preconceitos e estereótipos sobre o corpo e o cabelo negros são mais frequentes e marcam a trajetória e a memória das pessoas que são vítimas desse processo. Gomes (2003) constatou essa questão em sua pesquisa, realizada em salões étnicos de Belo Horizonte, onde a escola aparece como o local onde os entrevistados citam situações que marcaram sua trajetória de vida de forma negativa.

Segundo Paulo Freire (1988), “não existe nenhum ato educacional que não seja político, não existe neutralidade”. Em seu livro “Educação e Mudança” (1988), ele aborda a importância do compromisso do educador para além da escola e cita a importância de uma ação consciente que leve a uma transformação social:

A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir.
É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele. Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência deste estar, é capaz, sem dúvida, de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencionar sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua consciência de estar (Freire, 1988, p. 7).

Paulo Freire defende que a escola precisa ser a representação das mudanças sociais e que as práticas que o professor realiza na sala de aula devem ser o reflexo das suas escolhas que direcionarão suas ações. É importante que o ensino e a forma de ensinar possam contribuir para uma sociedade que permita ser democrática e que dialogue com os anseios dos grupos historicamente excluídos, como os negros, mulheres, indígenas e quilombolas.

Silvio Luiz de Almeida, em seu livro “Racismo Estrutural” (2020), destaca como o racismo é estruturado de forma a se tornar um aspecto natural na sociedade brasileira, enraizado dentro das próprias práticas sociais e econômicas:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (Almeida, 2020, p. 33).

O racismo estrutura-se na sociedade brasileira quando as próprias instituições negam e marginalizam, por exemplo, a história de matriz africana. A partir daí, podemos identificar as relações interpessoais, os preconceitos, discriminações e racismos que marcam todos os dias os noticiários e nosso

cotidiano em relação aos negros, como a destruição de terreiros, a morte de negros nas favelas e as desigualdades sociais.

Em “O Pacto da Branquitude” (2022), livro escrito pela doutora em psicologia e referência no combate ao racismo no Brasil, Cida Bento, eleita em 2015 pela revista britânica *The Economist* uma das cinquenta pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade, discute a ideia de que o racismo é estruturado com base em uma cor “normal” e “universal” — a branca —, e se constitui na base das relações sociais que permanecem em um pacto de cumplicidade dentro das esferas de poder.

Outro ponto considerado pela autora (2022) é o racismo institucional, em que se observam, por meio das ações organizacionais, taxas e números de profissionais e prestadores de serviço, considerando-se a diversidade social e contribuições para casos de racismo.

No caso das escolas, percebem-se essas práticas por meio do projeto político-pedagógico que dialoga, somente, com a branquitude ou por meio de um ensino eurocêntrico. Dessa forma, os dados concretos evidenciam a realidade do preconceito racial presente, seja nas escolas ou no mercado de trabalho, o que a autora intitula de pacto não verbalizado. Essas reações se tornam frequentes na medida em que o movimento negro conquista mais direitos e ocupa mais espaços, forçando uma maior discussão sobre o papel da branquitude nesse processo de construção e reconstrução das relações raciais no Brasil.

De acordo com Gomes (2003), a escola representa um espaço de desenvolvimento de ações afirmativas que poderão contribuir para uma sociedade que respeite sua história e sua formação social por meio de ferramentas pedagógicas que abordam essas temáticas.

O estudo sobre as representações do corpo negro no cotidiano escolar poderá ser uma contribuição não só para o desvelamento do preconceito e da discriminação racial na escola como, também, poderá nos ajudar a construir estratégias pedagógicas alternativas que nos possibilitem compreender a importância do corpo na construção da identidade étnico-racial de alunos, professores negros, mestiços e brancos e como esses fatores interferem nas relações estabelecidas entre esses diferentes sujeitos no ambiente escolar. Na escola, não só aprendemos, mas também reproduzimos representações sobre o cabelo crespo e o corpo negro (Gomes, 2003, p. 180).

Quando a escola se mobiliza e percebe a importância de se discutir, no espaço

escolar, o que já acontece fora da escola, o ensino passa a fazer sentido para o aluno e é capaz de gerar transformações sociais e históricas.

Diante disso, qual é o papel do ensino de história para uma educação antirracista? Estamos dialogando com as próprias experiências dos alunos? Estamos respeitando as religiões de matrizes africanas?

Ensinar história e cultura afro-brasileira e africana, bem como as noções de cultura, diversidade e a formação étnico-racial brasileira como conteúdo pedagógico, faz parte das normatizações do MEC com o intuito de legitimar os conteúdos do Ensino Fundamental e Médio em relação ao ensino de história. Esses avanços em relação à educação étnico-racial ocorreram, principalmente, pelas pressões e contribuições do movimento negro.

Assim, propor uma educação antirracista é colocar em prática as Diretrizes Curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira, e contribuir para amenizar as desigualdades até hoje existentes na sociedade brasileira, quebrando o mito da “democracia racial”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana representam uma das maiores contribuições ao ensino das relações étnico-raciais, na medida em que têm o objetivo de fazer uma reparação histórica à população afrodescendente, ao possibilitar o desenvolvimento de ações afirmativas no ambiente escolar.

De acordo com as Diretrizes,

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (DCN, 2004, p. 15).

O documento aborda a importância da articulação com os movimentos negros no sentido de dialogar com a própria realidade, estabelecendo uma fundamentação entre os conteúdos e a própria realidade na qual os alunos estão inseridos.

Durante muito tempo, criou-se um falso discurso de que a questão racial se limitava ao movimento negro e não à escola. No entanto, as diretrizes curriculares representam uma forma de articulação entre o conhecimento escolar e as experiências vividas pelos alunos e sobretudo por meio de um posicionamento

político.

O racismo no Brasil, por se configurar em um processo estrutural, pode ocorrer dentro da própria instituição escolar, por isso a importância de propiciar meios educacionais de combate ao racismo que envolvam todos os educadores, independentemente da sua identidade étnico-racial.

Reconhecer a presença da história do Brasil com base nos processos de resistência negra, provocados pelos africanos escravizados, necessita de ações pedagógicas capazes de superar as desigualdades. Logicamente, essas ações dependerão de condições físicas e materiais que favoreçam o ensino e a aprendizagem, o que, na maioria das vezes, não existe na prática cotidiana das escolas públicas e que precisa melhorar com o apoio do Estado.

É importante mencionar que as Diretrizes Curriculares não têm o objetivo, apenas, de mudar o foco de uma história eurocêntrica, mas de inserir nos currículos escolares as contribuições dos diversos povos que fizeram parte da formação do povo brasileiro:

Cabe às escolas incluírem no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (DCN, 2004, p. 17).

Nessa perspectiva, a proposta não é eliminar a história europeia em detrimento da história africana, mas fazer uma reparação histórica em relação aos conteúdos ministrados e divulgados nos livros didáticos até hoje. Percebe-se que, após 10 anos da promulgação da Lei 10.639, ainda temos muito o que avançar no que se refere aos estudos sobre a África e a diversidade brasileira. Ressalta-se que a aplicabilidade das diretrizes curriculares para o ensino de história não está direcionada apenas ao professor na sala de aula, mas a todo o sistema de ensino, na medida em que possa trabalhar de forma coletiva e coordenada.

Kabengele Munanga (2015) levanta uma reflexão sobre a importância de ensinar a história da África e do negro na sociedade e na escola brasileira. Segundo ele, é impossível ensinar a história do Brasil sem incluir todos os grupos étnico-raciais, e revela que nossa história sempre foi ensinada de maneira distorcida e fora da nossa realidade.

De acordo com o autor (2015), essa história foi repassada, não pelos africanos, mas pela visão do colonizador. Essa estratégia do colonizador é exatamente destruir a história dos povos colonizados, acabando com a noção de identidade dessas populações subjugadas.

A Lei nº 10.639/2003 — que tornou obrigatória a temática história e cultura afro-brasileira e africana — e a Lei nº 11.645/2008 — que incluiu o ensino de história e cultura indígena — representam um avanço importante para a história brasileira, capaz de contemplar esses grupos historicamente marginalizados pelo olhar eurocêntrico e “esquecidos” pelos próprios livros didáticos. A aplicabilidade das leis para os sistemas de ensino significa não somente uma reparação, mas uma obrigatoriedade legal.

Oliveira e Mariano, no livro “Cultura Histórica e Ensino de História” (2014), destacam que:

Apesar de reconhecer o papel do livro didático como um lugar de memória, precisamos perceber que a educação histórica não é uma forma de conhecimento unicamente produzida em sala de aula. Pensar a educação histórica é pensar além dos muros da escola, é pensar, por exemplo, nas salas de cinema, nas rodas de literatura, nos documentários filmados, nas biografias produzidas, nas novelas e minisséries assistidas, nas músicas executadas, nas navegações de internet realizadas. Enfim, pensar a educação histórica é pensar em todas essas instâncias que correspondem não somente ao que é produzido e ensinado nas escolas, mas ao que é vivenciado no próprio desenrolar da vida prática (Oliveira e Mariano, 2014, p.177).

Nesse contexto, consideramos que o livro didático, mesmo sendo o principal meio de acesso ao conteúdo da sala de aula, não pode ser o único instrumento de ensino e aprendizagem, tendo em vista que a maneira pela qual o aluno aprende necessita de metodologias capazes de atender às novas demandas de produção do conhecimento. Os alunos não devem se tornar apenas meros expectadores ou receptores de informações, mas, sobretudo, esse conhecimento deve levar a uma criticidade sobre a própria realidade.

A realização desta pesquisa se concentrou em algumas etapas importantes que descrevo a seguir: A primeira dessas etapas foi realizada com os alunos numa aula expositiva em sala de aula sobre a história dos movimentos sociais, incluindo um importante movimento da cidade de Caxias-MA, que foi a Balaiada. Elaboramos um projeto de visita ao Memorial da Balaiada, com o intuito de conhecer os documentos existentes sobre a cidade, buscando compreender de que forma a história local

representa a possibilidade do diálogo com a memória histórica.

Um dos grandes líderes da Balaiada foi Cosme Bento da Chagas, conhecido como “Negro Cosme”, que liderou mais de 3 mil escravizados. A história da Balaiada, assim como a história da cidade de Caxias, faz parte dos acervos encontrados no Memorial da Balaiada.

A segunda etapa foi realizar a revisão de literatura sobre educação étnico-racial e a definição do objeto de pesquisa. A partir daí, relacionamos a importância do movimento negro para a educação escolar antirracista. Identificamos o Movimento Crespos\Cacheados como um importante aliado para o desenvolvimento de ações que colaboram para o ensino de história afro-brasileira.

Enquanto pesquisa qualitativa, realizei entrevistas com os integrantes do Movimento Crespos\Cacheados e apliquei um questionário com algumas perguntas sobre as experiências pessoais e a importância do grupo como um espaço de apoio e empoderamento. Participaram da entrevista: Walderia Mirelle Silva Sperandio, idealizadora do Movimento Crespos\Cacheados, que ficou bastante emocionada e feliz por saber que eu iria escrever sobre a história do Movimento; Taciana Maria dos Santos Cardoso, vice-presidente; e Jeverson Brito, tesoureiro.

Além das entrevistas, fiz a análise de documentos e observei as ações desenvolvidas pelo grupo na cidade de Caxias-MA, por meio de relatórios, estatuto e vídeos produzidos no canal do YouTube pelo Movimento.

Os demais integrantes do Movimento Crespos\Cacheados que participaram das atividades realizadas na escola foram: Domingos Vieira dos Santos Júnior, Géssica Brenda Jesus da Silva e Eliêda da Silva Soares. As ações foram desenvolvidas na escola entre 2022 e 2024.

Ao longo deste trabalho de pesquisa, procuro destacar a relevância da temática étnico-racial no espaço escolar, dialogando com o Movimento Crespos\Cacheados, que desenvolve diversas ações educativas nas escolas de Caxias-MA. Por isso, procurei estruturar esta dissertação de forma a facilitar o entendimento, passando pelo aspecto estético, já que o Movimento Crespos\Cacheados teve início a partir da aceitação e valorização da estética negra como autoestima e resistência. A partir daí, o próprio Movimento passa a abordar questões que vão além do corpo e cabelo e que representam uma história de cultura e identidade.

Após a Introdução, no segundo capítulo, intitulado "Estética é Empoderamento? Algumas Reflexões Teóricas sobre Estética Negra", procuro refletir

sobre a estética negra como empoderamento, abordando o cabelo crespo como expressão de resistência e identidade e como esse processo de reconhecimento foi sendo historicamente construído. De acordo com o Movimento Crespos\Cacheados, assumir os cabelos ancestrais representa um ato de empoderamento para muitas pessoas. É uma maneira de romper com os padrões de beleza impostos pela sociedade (Relatório Crespos\Cacheados, 2024, p. 02).

No terceiro capítulo, "A Cidade de Caxias como Espaço de Memória e Resistência", destaco as dificuldades físicas e pedagógicas do C.E. Cônego Aderson Guimarães Júnior, onde leciono desde 2004, e o contexto histórico da cidade de Caxias-MA, que tem como espaço de memória um importante movimento de luta e resistência que foi a Balaiada. O Memorial da Balaiada é um museu-escola que recria essa história por meio de materiais expostos, além de documentos e maquetes sobre a história da cidade, o que é significativo para o entendimento dos alunos sobre o que representa um movimento social e sua importância.

No quarto capítulo, "A Escola como Espaço Democrático e Antirracista", destaco a força do movimento negro na luta histórica por direitos e o papel da educação nesse processo, onde o espaço escolar pode ser transformado em um ambiente acolhedor, destacando a importância dos professores nesse processo.

No quinto capítulo, "Movimento Crespos\Cacheados: Seu Cabelo, Sua Identidade", procuro dar um enfoque maior na história do Movimento Crespos\Cacheados, enfatizando como ele surgiu e qual é seu objetivo, destacando as ações desenvolvidas pelo movimento na cidade e nas escolas de Caxias-MA. Neste capítulo, apresento também as palestras e as atividades realizadas com os alunos do C.E. Cônego Aderson G. Júnior em parceria com os integrantes do Movimento Crespos\Cacheados.

Este ano, resolvi planejar a disciplina eletiva de base sobre educação étnico-racial, até então eu ministrava somente a disciplina de história. A disciplina é importante porque podemos abordar a questão étnico-racial na escola, não somente no Dia da Consciência Negra, mas ao longo do ano letivo.

Durante a construção da pesquisa, participei também da 2ª temporada do podcast "Educação e Relações Étnico-Raciais" da Fundação Santillana: "Estética, Arte e Educação", episódio 6, onde tivemos um bate-papo com vários outros professores de diferentes estados do Brasil, selecionados para falar sobre educação

e relações étnico-raciais.¹

Essa etapa foi fundamental para a concepção do produto proposto, que é uma cartilha educacional. Essa cartilha tem o propósito de servir como material pedagógico para os professores de história do ensino médio, orientando a implementação de ações afirmativas nas escolas de Caxias-MA. Ela incluirá sugestões de leitura de autores que abordam a temática da educação étnico-racial e antirracista, com o envolvimento do Movimento CresposCacheados nas atividades desenvolvidas. Isso possibilitará uma maior aproximação da comunidade com a escola.

A intenção da cartilha é contribuir para que os professores tenham acesso a autores que discutem a questão racial no Brasil. A partir disso, eles poderão fundamentar seus planejamentos e discussões em sala de aula, e até mesmo elaborar disciplinas eletivas sobre a temática étnico-racial.

A pesquisa sobre educação étnico-racial na escola, envolvendo o Movimento Crespos\Cacheados, é de extrema relevância, pois aborda uma problemática que ainda precisa ser amplamente discutida dentro das escolas: o racismo estrutural. Ao levar essa discussão para o ambiente educacional, contribuimos para que a escola se torne um espaço democrático e acolhedor para os alunos negros, valorizando nossa história afro-brasileira e africana.

A relação da escola com o movimento negro também contribui para as trocas de experiências na luta antirracista da juventude negra da comunidade com o ambiente escolar. Isso enriquece o conhecimento acadêmico e contribui para mudanças na prática educacional.

¹ O podcast está disponível em <https://open.spotify.com/episode/6WUhL5vjrA63ltoZwNsvSE?si=zf7KIMPAQLSKRPCYZbOevw>

2 ESTÉTICA É EMPODERAMENTO? REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE ESTÉTICA NEGRA

2.1 O Cabelo Crespo Como Símbolo De Resistência

A autora Joice Berth, em seu livro *Empoderamento* (2019), traz o seguinte questionamento: Estética é empoderamento? Segundo ela, para uma sociedade plurirracial e patriarcal, sim. Na medida em que desestimula a autoestima de grupos historicamente oprimidos: uma vez que se criam padrões estéticos pautados pela hierarquização das raças ou do gênero, concomitantemente criamos dois grupos: o que é aceito e o que não é aceito. Nesse sentido, o cabelo representa essa expressão da imagem, criada pelos padrões sociais:

Nossos cabelos tornam-se, desde muito cedo, um fardo difícil que, ao longo de nosso crescimento e desenvolvimento físico, vai pesando cada vez mais e abala a percepção de nossa identidade, pois independente de nossas escolhas estéticas e dos cuidados que temos com eles, os preconceitos raciais, estereótipos e clichês que foram implantados com a finalidade de ridicularizar esse atributo permanecem solidificados no senso comum da opinião pública e necessitam de um árduo trabalho de resignificação para libertar mulheres negras dessas estratégias de desqualificação da estética negra (Berth, 2019, p. 72).

A valorização da identidade, com base nos traços estéticos, contribui, segundo a autora, para combater e enfrentar as situações de racismo presentes no imaginário social que criou normas, por meio da exclusão e da opressão de certos grupos em detrimento de outros, com padrões aceitos ou não. Dessa forma, ao atribuímos o sentido de autoestima e valorização da estética negra, como símbolo de resistência, busca-se entender a própria história afro-brasileira (Berth, 2019).

Embora a noção de empoderamento tenha ganhado, nos últimos tempos, outros sentidos, sendo utilizado pela própria indústria capitalista e deturpado pelos meios de comunicação, Berth (2019) discute essa questão, fazendo uma análise sobre o uso da palavra e seus diversos sentidos. Segundo a autora, a luta contra o racismo deve ser coletiva, porque ela representa uma luta da sociedade contra o colonizador. Somente o empoderamento individual não será capaz de romper com a estrutura de dominação colonial. É preciso resistir, coletivamente.

A música do compositor baiano Paulinho Camafeu (1999) que ajudou a reafricanização do carnaval de Salvador a partir da valorização da própria estética negra, representa esse momento de reconhecimento e valorização da cultura e

estética negra como resistência:

Que bloco é esse? Eu quero saber. É o mundo negro. Que viemos mostrar pra você. Somos Criolo doido. Somos bem legal. Temos cabelo duro. Somos Black Power. Branco, se você soubesse. O valor que o preto tem. Tu tomavas um banho de piche, branco. E ficava preto também. Não te ensino minha malandragem. Nem tão pouco minha filosofia. Por quê? Quem dá luz ao cego. É uma bengala branca. E santa Luzia. Ai, ai meu Deus! (Camafeu, 1999).

A representatividade negra se manifesta além da política e passa, também, pela questão corporal, na medida em que se busca uma representatividade histórica com os valores africanos presentes na sociedade brasileira e identificados na música como sinônimo de autoestima.

Em diversas situações, o corpo e o cabelo negro servirão de instrumento para a fuga, utilizados como estratégias para traçar mecanismo de sobrevivência contra a escravização. Como é o caso das mulheres trancheiras na Colômbia colonial, que inventaram uma forma discreta e criativa para criar mapas de orientação utilizando o próprio cabelo. “A trança raiz, como chamamos e que faz parte da estética africana, será utilizada como código para traçar rotas de fuga. A função do cabelo, nesse sentido, se configura como uma forma de liberdade” (Portal Geledés, 2023).

Com o passar do tempo, a estética negra, cada vez mais, é oprimida em detrimento de uma visão hegemônica europeia que criará padrões estéticos de beleza aceitos como universais em um contexto social. O cabelo negro passa, então, a sofrer mudanças para se encaixar dentro do ideal de beleza, sofrendo preconceitos e sendo desconfigurado por meio do processo de alisamento capilar.

Essa relação expressa por meio do cabelo negro, representa, na sociedade brasileira, um racismo declaradamente estruturado. Partindo-se do pressuposto dessa relação entre o que é definido como padrão estético na sociedade brasileira, aceitar o cabelo e o corpo negro se manifesta como uma forma de insubordinação e luta, na medida em que se busca quebrar esses estereótipos de beleza universal e branco.

No caso dos cabelos, os estereótipos criados pela mídia, dos padrões de beleza aceitos pela sociedade como sinônimo de beleza feminina, influenciam a forma como as mulheres se relacionam com o seu próprio cabelo, estabelecendo relações de resistência e dominação.

As mulheres estão cada vez mais compartilhando suas experiências, seja por meio da aceitação do próprio corpo como instrumento de luta e resistência ou mesmo se acomodando e aceitando, de forma consciente, os padrões sociais impostos.

A ideia do cabelo “bom” e do cabelo “ruim” vem sendo construída historicamente destacando os cabelos crespos como inferiores aos lisos, inclusive entre pretos e pardos, como demonstrou o estudo sobre o cabelo como performance identitária, desenvolvido na dissertação de mestrado de Adriana Maria Penna Quintão (2013), que associa esse fator ao crescimento de produtos para alisamento de cabelos, explorados pela indústria de cosméticos de pessoas brancas, não somente no Brasil, mas também nos Estados Unidos.

Entretanto, os movimentos de resistência também começam a aparecer e irão contrapor esse discurso, como o movimento “Black is beautiful”, que contribuiu para o processo de valorização da identidade negra e o “Black Power”, que fará parte de várias propagandas da indústria da moda. “Somente nos anos de 1990, a moda dos cabelos lisos e ‘disciplinados’ voltaria, permanecendo até os dias de hoje.” (Quintão, 2013, p. 21). A autora destaca que a propagação de uma preferência pelo cabelo liso, que esteve presente durante muito tempo, principalmente pelos meios de comunicação como sinônimo de beleza “universal”, vem se modificando.

No Brasil, por muito tempo pareceu existir uma preferência da mídia por cabelos loiros e lisos, ainda que esse nunca tenha sido o fenótipo dominante de nossa população. Nos últimos anos, tal cenário vem se alterando e as chamadas minorias têm conquistado cada vez mais espaço na mídia. Contudo, as mensagens subliminares, e às vezes nem tão subliminares assim, deixam claro que a preferência nacional continua sendo por um padrão de beleza norte-europeu (Quintão, 2013, p. 24).

Diante do contexto de manipulação do cabelo pela indústria da moda e dos padrões criados para o comércio de produtos que ditarão as regras sociais, aceitar o cabelo crespo se torna um ato de rebeldia contra o sistema. O cabelo constitui um tema de inclusão ou segregação, na medida em que reflete padrões construídos por um ideal de beleza que determina o que é aceito ou não.

O cabelo reflete características culturais coletivas que, ao longo do tempo, sofrerá as influências da sociedade em um conjunto de simbolismos criados de acordo com as práticas religiosas, profissionais, gênero, preferências etc. A imagem é projetada, por meio do próprio cabelo, como uma apresentação externa e que representa o retrato para o outro e que, muitas vezes, gera expectativas e conclusões sobre determinados grupos sociais.

Os cabelos das mulheres pretas representam, no Brasil, contemporaneamente, uma possibilidade de resgate da ancestralidade e do debate sobre a diversidade cultural e estética e contra o racismo. Ainda há vários casos de racismo em relação à

estética negra, incluindo o cabelo crespo. O mercado de trabalho é comumente um espaço onde ocorrem situações envolvendo a discriminação em relação a estética negra, sobretudo o cabelo.

Um estudo publicado na revista “Social Psychological and Personality Science”, em 2020, mostrou que durante entrevistas de emprego, mulheres negras americanas com cabelos crespos eram percebidas como menos profissionais, menos competentes e menos propensas a serem recomendadas para uma vaga do que mulheres negras com cabelos alisados e mulheres brancas com penteados cacheados ou lisos (Portal Geledés, 2023).

Percebe-se que ainda são frequentes situações de racismo envolvendo o cabelo crespo, o que constitui um desafio para toda a sociedade no enfrentamento dessas situações. A marginalização dos povos africanos também ocorreu por meio da negação da beleza negra. Nesse sentido, a valorização da estética negra é capaz de despertar a própria dignidade da população negra.

Traçar mecanismos que exaltem e destacam a beleza negra requer romper com os padrões de branqueamento, criados ao longo da história. Como observou a Gomes (2003), em sua pesquisa sobre a estética negra nos salões de beleza, a sociedade brasileira na atualidade vem rompendo, por meio de um processo lento e gradual, com a aceitação do seu corpo e cabelo por meio de ações que exaltem, positivamente, a cultura e a história da população afro-brasileira, seja por meio das escolas, dos movimentos sociais ou das suas próprias famílias.

2.2. A Estética Negra como Identidade

Os corpos humanos são bastante afetados pelas relações e normas sociais. Essas relações contribuem para o estudo do que foi denominado de sociologia do corpo, em que diversos autores desenvolveram estudos que resultaram em uma análise sobre essas construções da corporeidade humana ao longo do tempo. Um desses autores é o sociólogo David Le Breton (2006) que fez um estudo sociológico sobre o corpo. Ele defende que este vai além da sua forma física e biológica.

Ao mesmo tempo em que é lugar de valor, o corpo é lugar de imaginários, de ligações contestáveis cujas lógicas sociais são preciso compreender. O racismo repousa, entre outras coisas, sobre uma relação imaginária com o corpo. Ele finca raízes no interior dos alicerces passionais que alimentam a vida coletiva, alimentam projetos, mobilizam, mobilizam tolerâncias ou

violências. O racismo é o exemplo de uma forma-pretexto, socialmente “disponível” para acolher as paixões mais divergentes, as razões mais ambíguas e dar-lhes enfim ramificação (Le Breton, 2006, p. 72).

As dimensões em que o corpo pode ser analisado são muitas. Uma delas é pela lógica social e cultural: a forma como nos vestimos, a maquiagem, os gestos etc. Nesse sentido podemos indagar: O que é considerado aceitável ou não aceitável? O que é feio e bonito? Essas construções ou definições ocorrerão de forma cultural, de acordo com cada sociedade e contribuirão para o surgimento de relações desiguais, projetadas em violência e racismo.

No livro *Da cultura ao corpo*, Daolio (1995) observa que os corpos sempre se apresentarão com base nas suas diferenças. O autor compreende o corpo como uma construção cultural, direcionando o olhar do professor de educação física para esse aspecto e não meramente físico. Nessa perspectiva, o autor defende a importância de se perceber as formas como os corpos se manifestam ou se apresentam de determinada maneira.

O corpo, no contexto no qual está inserido, segundo Daolio (1995), “é uma síntese da cultura, porque expressa elementos específicos da sociedade da qual faz parte. O homem através do seu corpo, vai assimilando e se apropriando dos valores, normas e costumes sociais num processo de incorporação.” (Daolio, 1995, p. 25).

Dessa forma a noção que construímos da nossa própria corporeidade vai sendo assimilada de acordo com os padrões sociais estabelecidos ao longo do tempo em diferentes épocas e sociedades.

Essas percepções, em relação ao corpo, são desenvolvidas desde a infância, a partir do momento em que acontecem as primeiras noções sobre o próprio corpo e as suas mudanças. O contato social e cultural determinará a forma como a criança se relaciona no meio social e o aspecto cultural determinará, fortemente, esse olhar sobre si e sobre o outro. É a partir dessa percepção e do contato com o outro que se desenvolvem os diversos tipos de discriminação.

A partir daí, podemos analisar de que forma os corpos negros estão inseridos nesse processo que envolve toda uma história entre colonizador e colonizado. “Ao instituir seu discurso de superioridade enquanto verdade, o colonizador conceitua negativamente as características físicas e culturais dos outros povos, julga seus comportamentos e ações e condena as atitudes corporais de seus colonizados” (Silva, 2014, p. 267).

Esses mecanismos de dominação, projetados pelo colonizador, estão presentes nas diversas instâncias sociais, sendo propagados pela elite dominante, por meio de estruturas racistas ainda presentes na sociedade brasileira, propagados na mídia, na escola, no esporte e que marginalizam a população negra. “As imagens difundidas e defendidas pelas mídias não contemplam a corporeidade e a estética negra, assim sem referencial, os corpos negros se encontram perdidos em meio a uma inundação de perfis que não se encaixam na realidade social que se encontram.” (Silva, 2014, p. 270).

Os padrões criados pela sociedade sobre a imagem do corpo ideal definirão os comportamentos aceitos ou não, marcando a corporeidade das pessoas no ambiente social. Nesse sentido os padrões de comportamento e da imagem que criamos sobre o corpo seguirão as regras impostas pela cultura e pela visão do outro.

As representações do corpo negro sofrerão, historicamente, um processo de exclusão, na medida em que não se encaixa nos padrões criados pela visão do colonizador e difundidos pela mídia, julgados como inferior e fora dos padrões.

No entanto, estamos assistindo, cada vez mais, à resistência das populações negras em relação a seus corpos e o que eles representam dentro de um contexto histórico e cultural brasileiro. “Apesar da globalização e do deslocamento das culturas para a periferia, o que assistimos é o crescimento das vertentes de matriz africana participando cada vez mais da cultura de massa, tornando a corporeidade negra, sim visível.” (Silva, 2014, p. 273).

O processo de aceitação da identidade negra como uma imagem positiva na sociedade — que historicamente se estruturou por meio da discriminação e do racismo — é um desafio a ser enfrentado pelas populações negras todos os dias. E esses desafios não serão possíveis de enfrentar de forma individual, mas no contexto coletivo.

A representação do corpo e cabelo negro não é, apenas, uma imagem corporal, mas a identificação e importância cultural africana no Brasil, tão presente na nossa formação histórica. Assim, a escola poderá promover um olhar mais sensível sobre temáticas que envolvam os processos educativos não escolares, que extrapolam os muros da escola e dialoguem com os movimentos sociais, como tanto defende a autora Nilma Lino Gomes (2003) nas suas pesquisas.

As atividades desenvolvidas nas escolas não podem se restringir às datas alusivas ao Dia da Consciência Negra ou à abolição da escravidão, tampouco com

atividades sem uma contextualização e conscientização. As práticas pedagógicas para uma educação étnico-racial devem estar vinculadas a ações que respeitem as diferenças e proporcionem um diálogo constante com toda a comunidade escolar, tendo como referências a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana.

O direcionamento de ações que despertem nas pessoas negras o orgulho de sua identidade e o fortalecimento da autoestima é fundamental para a formação do estudante, criando, também, nas pessoas não negras, a percepção das diferenças e o respeito ao outro. Nesse sentido, as práticas pedagógicas antirracistas devem contemplar a todos, negros e brancos.

A identidade fortalecerá um grupo com base no momento em que se constroi uma luta coletiva capaz de unir uma origem comum, por meio de ações que compartilham dos mesmos objetivos em um contexto histórico, cultural e social. Assim, o cabelo crespo se insere como um símbolo de identidade, a partir do momento em que retrata um determinado grupo social.

Com o processo de globalização, o contato entre diferentes culturas possibilitou um maior contato entre as pessoas, o que contribuiu para gerar conflitos e tensões sociais pelos meios de comunicação de massa, que criam padrões sociais definidos por meio de características de exclusão social e de privilégios brancos.

O corpo se define como um conjunto de atributos que revelam sentidos socioculturais e que formam a identidade de um determinado grupo. De acordo com a cultura a qual o indivíduo pertence, observamos partes do corpo que são mais destacadas e valorizadas, sendo o cabelo a representação de uma parte com mais valor social. É por meio dessas relações de troca cultural que os homens e mulheres construíram seus valores e os transmitem para outras gerações.

Essas trocas culturais que fazem parte da formação do ser humano acontecerão não somente por meio da educação, mas também da convivência em sociedade. Gomes (2003) reflete essa percepção em relação à identidade negra, na medida em que se constroi em um contexto pessoal e social, a escola poderá criar estratégias que direcionam seu olhar para o outro, para as diferenças.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que

incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos, nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural? (Gomes, 2003, p. 171).

A autora defende, exatamente, a função da escola como um espaço democrático capaz de debater e contribuir para o processo de formação de identidade, em que a escola não seja somente um espaço fechado com disciplinas e conteúdo, mas que tenha um olhar sensível para a nossa diversidade cultural.

O processo de construção da identidade brasileira passou pela negação e discriminação da cultura de origem africana, na medida em que negou as características físicas herdadas pelos descendentes de africanos, criando mecanismos de branqueamento, gerando o racismo.

É importante que as ações afirmativas de combate ao racismo fortaleçam a população negra e despertem nos brancos a consciência de um despertar para a temática, entendendo que a luta antirracismo pertence a toda sociedade.

Pinheiro (2023) defende que o conhecimento e o enfrentamento ao racismo no Brasil precisa ser discutido por toda a sociedade e não apenas pela população negra, “Vejo muita gente branca antirracista se utilizando desse entendimento equivocado de lugar de fala para se silenciar e não se colocar devidamente pela equidade racial em espaços sociais onde elas estão e aonde nós, negros e negras, ainda não chegamos”. (Pinheiro, 2023, p. 43).

3 A CIDADE DE CAXIAS COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

3.1 O Contexto Histórico Escolar do Centro de Ensino Cônego Aderson Guimarães Junior

O Centro de Ensino Cônego Aderson Guimarães Junior foi inaugurado no ano de 1992, sob a denominação de Centro de Ensino de 2º grau Municipal Cônego Aderson Guimarães Junior, durante a administração do então Interventor Municipal José Teixeira. O surgimento da escola se fez necessário em função do aumento do número de alunos egressos do antigo 1º Grau e a carência, na cidade, de escolas públicas que atendessem nesse nível de ensino. Até o ano de 1992, Caxias contava apenas com uma única escola pública de ensino médio, o Centro de Ensino de 2º Grau Aluísio Azevedo, fundado em 1976, que não conseguia mais atender à grande demanda de alunos (PPP, 2018, p. 1).

O C.E Cônego Aderson adota o lema “CONSTRUINDO CIDADANIA”, em que busca retratar o objetivo maior da escola, que é oportunizar a formação de jovens conscientes das suas responsabilidades como cidadãos construtores da sua história, críticos diante das situações que se lhes envolvem, sabendo posicionar-se diante das informações circundantes e tomar decisões responsáveis e dignas na resolução de problemas, capazes ainda de usufruir da sua inserção social de forma prazerosa, operando transformações qualitativas justas e fraternas (PPP, 2018, p. 2).

No entanto, um dado importante é que a Escola funciona em um prédio alugado que pertence à Diocese de Caxias, diante dessa situação a escola deixa de receber vários recursos e melhorias físicas no prédio. Uma demanda apresentada pela comunidade escolar é a construção do prédio próprio da Escola, que atenda à população do seu entorno. Nesse sentido, objetiva-se que o terreno onde deva ser erguido o prédio deve estar localizado nas imediações de onde hoje funciona o CEM Cônego Aderson Guimarães Junior, ou em outro prédio que seja próximo ao atual. Mas infelizmente desde 2004, quando ingressei na escola, continuamos no mesmo prédio, sem nenhuma promessa de mudança.

A escola não oferece condições adequadas nem para alunos e nem para professores e funcionários, pois há bastante tempo não existe uma reforma no prédio e a comunidade escolar sofre com problemas que envolvem desde as condições físicas, até as de estruturas didático-pedagógicas como, por exemplo, papel para

impressão de provas e pinceis para quadro branco. Os professores tiram do próprio bolso para comprar seus materiais didáticos e pagam as provas para os alunos, pois a maioria é bastante carente.

Em 2016 realizamos uma manifestação reivindicando melhores condições para que a escola pudesse funcionar com as mínimas condições estruturais, como cadeiras adequadas, ventilação, material didático. A manifestação ocorreu em frente a escola com a participação de alunos, professores e comunidade. Passados 8 anos, as reivindicações não foram atendidas e a escola continua sofrendo com os mesmos problemas. No entanto, a manifestação serviu para o exercício da cidadania e de uma consciência crítica em relação à garantia dos nossos direitos sociais, previstos na legislação educacional.



Figura 1: Alunos protestando em frente a escola
Fonte: Foto arquivo pessoal (2016)

Os alunos atendidos pelo Centro de Ensino Cônego Aderson Guimarães Junior são jovens e adultos na faixa etária de 15 a 22 anos. Geralmente são oriundos de classe média baixa e baixa; filhos de trabalhadores autônomos, comerciantes e agricultores. Grande parte desses discentes já se encontram inseridos no mercado de trabalho exercendo diferentes atividades.

Para atender à comunidade escolar, o CEM Cônego Aderson se constitui com um quadro de 61 professores com formação em nível de Licenciatura Plena, Especialização, Mestrado e Doutorado, nas respectivas áreas de conhecimento, fator que tem contribuído com a melhoria da qualidade do ensino oferecido, comprovado através da elevação dos índices de aprovação de alunos no Enem e em vestibulares

tanto de universidade pública quanto particular.

A escola está localizada na cidade de Caxias/MA que conta com uma rica história de luta e resistência, pois já foi palco de uma revolta durante o Brasil Império. A Balaiada (1838-1841) representou uma luta popular pela cidadania. Dela participaram a população pobre: negros escravizados, negros libertos, mestiços, brancos pobres, vaqueiros, agricultores etc. Foi motivada pelas buscas de melhores condições sociais e políticas e pelo combate do autoritarismo das autoridades da província. Temida pelas elites, foi violentamente reprimida pelo governo.

A história da Balaiada, assim como a história da cidade de Caxias, faz parte dos acervos encontrados no Memorial da Balaiada. O Memorial da Balaiada fica bem próximo ao Centro de Ensino Cônego Aderson e é um espaço de memória, hoje denominado de Complexo da Balaiada.

Nesse sentido, tendo como objetivo despertar nos alunos a história da cidade de Caxias como parte do processo de formação de identidade e de uma memória histórica e de resistência, realizamos uma aula visita com os alunos do 2º ano do turno matutino do Ensino Médio no espaço do Memorial da Balaiada.

Para elaboração do projeto de educação patrimonial, seguimos o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) que orienta sobre as etapas adequadas que deverão ser aplicadas nas atividades envolvendo educação patrimonial, como observação, registro, exploração e apropriação.

De acordo com o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), a educação patrimonial consiste em

[...] provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. Despertando sentimentos de surpresa e curiosidade nos alunos (Guia Básico de Educação Patrimonial, 1999, p,7).

O Memorial é hoje um museu-escola e abriga acervos e documentos sobre a cidade de Caxias. O museu dispõe de diferentes recursos, como livros, HQs, revistas, documentos e documentário não somente sobre temática da Balaiada e seus líderes, mas também sobre a história de Caxias e outras tantas que podem emergir dos objetos da exposição. Os objetos remetem à história de Caxias, uma xilogravura que narra a história da cidade, da artista plástica Tita do Rêgo Silva, e um conjunto de painéis com informações de personalidades ilustres, como o poeta Gonçalves Dias, pontos turísticos e prédios históricos da cidade.

Antes da visita, os alunos realizaram uma pesquisa bibliográfica sobre a história da cidade e assistiram ao vídeo "A guerra do Maranhão: um curta metragem animado que conta como ocorreu a revolta da Balaiada no Maranhão" (BALAIADA. A Guerra do Maranhão).



Figura 2: Alunos da escola observando a maquete da cidade de Caxias-MA
Fonte: arquivo pessoal (2022)

Durante a visita, os alunos foram orientados pela diretora do Memorial da Balaiada, professora Mercilene Barbosa, que inicialmente elogiou a presença dos alunos e ressaltou a importância de conhecer a história da cidade onde se vive, especialmente no que diz respeito à valorização do patrimônio histórico local. Segundo Mercilene Barbosa, o Memorial recebe pessoas de todos os lugares do Brasil, inclusive do exterior, mas, infelizmente, ainda existem pessoas da própria cidade que nunca o visitaram.

A exposição teve início com a história de Caxias, apresentada através de maquetes que retratam os principais pontos históricos da cidade, principalmente as igrejas. Em seguida, os alunos foram identificando, através dos objetos da época da escravização africana no Brasil Colônia, o caráter popular da revolta da Balaiada.

A Revolta da Balaiada é considerada a maior revolta maranhense e representou a insatisfação das camadas pobres da população, como escravizados, mestiços e brancos pobres, com a elite oligárquica. A revolta ocorreu devido à instabilidade política e aos problemas sociais e econômicos, e tinha o propósito de melhorar as condições de vida da população mais pobre do Maranhão.

Conhecer a história local é importante para que os alunos possam perceber, através de sua própria vivência, seus valores, suas ideias e sua capacidade interpretativa.

A história da Balaiada sofreu, durante muito tempo, tentativas de manipulação política pelas elites conservadoras e pelo próprio controle da memória, no sentido de exaltar os agentes de repressão, como o militar Luís Alves de Lima, o Duque de Caxias.

Nesse sentido, atualmente, o espaço onde se localiza o Memorial da Balaiada representa a possibilidade de entender a história a partir da luta por liberdade e cidadania. Esse lugar de memória vai, aos poucos, sendo ocupado e direcionado para um espaço de resistência e orgulho da luta travada por pessoas humildes, marcando a história da cidade.

Como parte da ação educativa desenvolvida no Memorial da Balaiada, realizamos uma palestra na escola sobre a história da cidade de Caxias e seus processos de identidade e resistência. Na ocasião, a diretora do Memorial da Balaiada, Mercilene Barbosa Torres, mostrou várias fotografias dos espaços de memória da cidade.



Figura 3: Diretora do memorial da Balaiada, Mercilene Barbosa palestrando na escola.

Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Mercilene Barbosa Torres explicou cada lugar de memória, destacando sempre sua importância para a preservação da história de Caxias. Os alunos interagiram, fizeram perguntas e ficaram curiosos e encantados quando ouviram sobre a história de Gonçalves Dias, de quem, aliás, não conheciam e nem sabiam que o poeta era caxiense.

Antônio Gonçalves Dias foi poeta, professor, crítico de história e etnólogo. Nasceu em Caxias, MA, em 10 de agosto de 1823, e faleceu em um naufrágio no Maixio dos Atins, MA, em 3 de novembro de 1864. Ele é o patrono da cadeira nº 15 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Olavo Bilac. Pela obra lírica e indianista, Gonçalves Dias é um dos mais típicos representantes do Romantismo brasileiro e forma, com José de Alencar na prosa, a dupla que conferiu caráter nacional à literatura brasileira.

Sem dúvida, a "Canção do Exílio" é um dos poemas mais emblemáticos do escritor. Nesse poema, Gonçalves Dias expressou a solidão e a saudade que sentia de sua terra quando esteve em Portugal.

CANÇÃO DO EXÍLIO Gonçalves Dias

*Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.
Em cismar, sozinho, à noite, prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras, onde canta o Sabiá.
Minha terra tem primores, Que tais não encontro eu cá;
Em cismar — sozinho, à noite — Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá. (Dias, 1843)*

Foi bastante interessante a relação entre história e literatura, incluindo a participação da professora Milena, que ministra a disciplina de português e literatura na escola. A professora relatou que gostou muito da palestra sobre a história de Caxias e que pretende abordar mais sobre as obras de Gonçalves Dias em suas aulas.

A aluna Rosane destacou que não conhecia a história de Caxias e que nunca havia visitado o Memorial da Balaiada. O que chamou sua atenção foi a história das igrejas, onde as pessoas ricas eram enterradas na tentativa de serem salvas dos pecados.

Segundo Mercilene Barbosa, na época do Brasil Colônia e até pouco tempo após a independência, membros de famílias tradicionais que ajudavam alguma irmandade na construção da igreja eram enterrados dentro dos templos ou pagavam para ter seus restos mortais em solo sagrado para a eternidade. Os menos abastados e os mais pobres eram enterrados nas terras laterais ou nos fundos dos templos religiosos. Aos indigentes e escravos restava o enterro nas estradas fora da cidade ou ficavam à sorte de entidades como as irmandades de misericórdia, que lhes davam um enterro digno em terras destinadas a este fim.

Observa-se que a cidade de Caxias apresenta uma trajetória de possibilidades para contar sua história, acreditando na capacidade de transformação social, onde a juventude pode se reinventar dentro de uma perspectiva de uma educação que liberta e educa. Nesse sentido, o Movimento Crespos\Cacheados nasceu como forma de contar essa história da cidade, de luta e resistência.

O espaço do Memorial da Balaiada é sempre utilizado para os eventos do grupo, por representar exatamente esse espaço democrático de identidade e memória das lutas sociais que envolveram a cidade.

Em 2018, o Movimento Crespos\Cacheados realizou, na Semana da Consciência Negra, o seu V Encontro, tendo como temática: AFRO CENTRAR: SEU CABELO, SUA IDENTIDADE. O evento foi destinado aos membros do movimento, ONGs e associações LGBT, negros e quilombolas, estudantes universitários e secundaristas, professores e sociedade civil. Aconteceu no espaço externo do Memorial da Balaiada, por ser, de acordo com o movimento, um local de grande repercussão e importância histórica para a cidade de Caxias.

O encontro contou com uma ampla programação, incluindo rodas de conversa e stands com salão e produtos de beleza negra, moda e acessórios afro, fotografia, muita música e danças que exaltam a negritude (Movimento Crespos\Cacheados, 2018).

A foto abaixo é do garoto e da garota Crespos\Cacheados 2018, tirada no espaço externo do Memorial da Balaiada, onde ficam as ruínas do quartel da Balaiada, do século XIX.



Figura 4: Garoto e Garota Crespos\Cacheados
Fonte: Arquivo do movimento (2018)

O Movimento Crespos\Cacheados também desenvolveu um projeto denominado “Improvisa no Click”, o objetivo era exaltar a negritude de Caxias. De acordo com o Movimento, o projeto “Exalte sua Negritude” é um ensaio fotográfico realizado nos espaços da cidade, voltado para a aceitação e valorização dos traços étnicos afro, principalmente no que diz respeito aos cabelos cacheados ou crespos, pois o cabelo afro carrega uma simbologia e sempre foi uma característica identitária da cultura afro-brasileira, além de enfatizar a importância da valorização dos traços negros da cidade, afim de promover uma das formas de combate contra a ridicularização dos fenótipos negros e a inferiorização da negritude (Movimento Crespos\Cacheados, 2018).



Figura 5: Integrantes do Movimento Crespos\Cacheados
Fonte: Arquivo do movimento (2018)

Nesse sentido, o Movimento Crespos\Cacheados faz parte dessa história que

envolve a cidade de Caxias e fortalece a juventude negra com sua luta, mostrando a força da ancestralidade negra como parte desse processo de resistência e memória histórica.

4 A ESCOLA COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO E ANTIRRACISTA

4.1 A Força do Movimento Negro para a Prática Educacional

Nilma Lino Gomes, em seu livro "O Movimento Negro Educador" (Gomes, 2017), destaca a importância do movimento e do protagonismo negro para a educação no Brasil, como forma de contribuir e enriquecer o processo educacional, promovendo inclusão, igualdade e justiça social. O debate que a autora realiza contribui significativamente para a compreensão das estruturas sociais e educacionais no Brasil, enriquecendo a discussão sobre como a educação pode ser uma ferramenta de transformação social e combate ao racismo.

Gomes (2017) enfatiza a necessidade de uma abordagem pedagógica que vá além da mera inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira nos currículos, defendendo o desenvolvimento de práticas que promovam uma educação antirracista. Além disso, a autora destaca a importância do protagonismo negro na construção do conhecimento e na formulação de políticas educacionais mais efetivas.

Gomes (2020) afirma que o movimento negro é uma importante ferramenta nas lutas antirracistas na história brasileira a partir do século XX. Várias propostas reivindicadas pelos movimentos negros foram transformadas em políticas públicas pelo Estado, como, por exemplo, a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) pela Lei nº 10.639/2003, que introduziu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas da educação básica; o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); a Lei de Cotas Sociais e Raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (Lei nº 12.711/2012); a Lei de Cotas Raciais nos concursos públicos federais (Lei nº 12.990/2014) e a Portaria nº 13/2016 do Ministério da Educação, que induziu as cotas raciais na pós-graduação das IFES, entre outras.

No entanto, a autora menciona que a partir de 31 de agosto de 2016, o Brasil vivenciou um momento de incertezas diante de uma manobra política conservadora de grupos capitalistas fundamentalistas, ruralistas, militares, apoiados por vários setores do judiciário e da grande mídia, e com maioria de representação no Congresso Nacional, que conseguiram impor o impeachment da primeira mulher legitimamente eleita presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (Gomes, 2020, p. 362).

Incertezas diante das investidas de aniquilamento dos direitos garantidos aos trabalhadores e trabalhadoras desde os anos 1930 e aprimorados na Constituição Federal de 1988. Incertezas econômicas diante de um capitalismo internacional realinhado e opressor; incertezas culturais diante do crescimento da cultura do ódio, da intolerância e do medo; incertezas sociais diante do aumento da pobreza, das desigualdades e da violência; incertezas educacionais diante de retrocessos nas políticas educacionais, da vigilância conservadora e autoritária no que se refere às questões de gênero, diversidade sexual e raça; incertezas emocionais diante da força psicológica e destruidora do racismo, principalmente, sobre a autoestima de tantas crianças, jovens e adultos negros e pobres; incertezas religiosas diante do ataque neopentecostal às religiões de matriz afro-brasileira (Gomes, 2020, p, 362).

Diante do cenário político da época, as incertezas foram confirmadas pela eleição de um presidente de extrema direita nas eleições de 2018, apoiado pelos mesmos grupos que haviam promovido o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. Para as lutas antirracistas, isso representou um momento muito difícil, especialmente para um país que se esconde por trás da falsa democracia racial (Gomes, 2020).

Entretanto, Gomes (2020) destaca que é nos momentos de incerteza que a luta se fortalece. No caso dos movimentos negros, eles são guiados pela força da ancestralidade de luta e resistência de um povo que viveu a diáspora africana e reconhece sua história. Essa história não tem sido ensinada nas escolas; ela tem sido ensinada e aprendida no contexto das lutas sociais antirracistas, tendo como protagonistas as diversas formas de luta e resistência negras. Dentre elas, destacam-se a ação, as reivindicações, as denúncias e a luta do Movimento Negro brasileiro.

A escola representa uma instituição social que ultrapassa o saber formal, na medida em que pode contribuir para o combate às diversas formas de discriminação. No próprio ambiente escolar, podemos presenciar situações de diversos tipos de preconceito que marcam a memória dos estudantes.

Dessa forma, como a escola lida com as questões raciais? A escola está contribuindo para manter as estruturas de poder que insistem em silenciar ou negar o racismo presente na sociedade brasileira? É capaz de atender às expectativas da juventude negra e colaborar para o processo democrático com respeito às diversidades? De que forma a escola e os professores podem utilizar a expressividade da estética negra dos próprios alunos para dialogar e difundir práticas antirracistas?

De acordo com Kabengele Munanga (2005), os altos índices de repetência e evasão escolar entre os estudantes negros no Brasil estão relacionados com a

incapacidade dos professores de lidar com as diversidades e com materiais didáticos que reforçam o preconceito

Sem minimizar o impacto da situação socioeconômica dos pais dos alunos no processo de aprendizagem, deveríamos aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afro-descendentes, apagadas no sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares. Todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana (Munanga, 2005, p,16).

Todo esse processo vivenciado no campo educacional, com a falta de políticas educacionais que se preocupam em inserir conteúdos sobre a história do Brasil protagonizada pelos povos colonizados, contribuiu para a construção de vários estereótipos e preconceitos ainda presentes no imaginário social. Estudar sobre a história afro-brasileira nas escolas não deve interessar somente à comunidade negra, mas a todos os alunos, principalmente aos brancos, para que possamos entender que a memória histórica pertence a todos nós e foi através dela que construímos nossa formação econômica, social e de identidade nacional (Munanga, 2005).

Logicamente, os problemas relacionados à questão racial no Brasil não serão resolvidos apenas na educação escolar, mas sobretudo nas trocas de experiências, no diálogo, na ação política e no debate contínuo entre todos os segmentos da sociedade para combater o racismo. A atuação do movimento negro através da educação, contando a história do negro na África e no Brasil, reivindicando seus direitos de inclusão social por meio de manifestações, teatro, música e pressão política, precisa ser respeitada e inserida nos espaços educacionais. A aproximação do Movimento Negro com as escolas pode contribuir para resolver as dificuldades encontradas em relação à formação dos professores sobre a temática de relações étnico-raciais e à falta de material didático.

A falta de conhecimento sobre a história da África e as poucas atividades que as escolas desenvolvem ao longo do ano letivo sobre a contribuição dos africanos para a formação da sociedade brasileira contribuem bastante para que diversos casos de racismo e preconceitos ainda ocorram na própria escola. Um dos poucos avanços refere-se ao fato de que as escolas passaram a adotar no calendário escolar as atividades do Dia da Consciência Negra como obrigatórias.

O Dia Nacional da Consciência Negra homenageia e resgata as raízes do povo

afro-brasileiro e é comemorado no Brasil no dia 20 de novembro. Esta data foi restabelecida pela Lei nº 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003, porque coincide com o dia 20 de novembro de 1695, dia da morte de Zumbi dos Palmares, grande líder da resistência negra e da luta pela liberdade, autor da célebre frase: “Nascer negro é consequência, ser negro é consciência”. No Estado do Maranhão, o dia 20 de novembro passou a ser feriado no ano de 2018, após decreto do então governador Flávio Dino. Este ano, a data passou a ser feriado nacional como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, decretado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, representando uma importante oportunidade de reafirmar o debate em torno das questões étnico-raciais e no combate ao racismo, pela Lei nº 14.759 de 21 de dezembro de 2023.

Entretanto, os desafios enfrentados pela população negra no Brasil são enormes, desde o desemprego até a violência, o que desafia o poder público no desenvolvimento de políticas públicas de reparação social. De acordo com informações da Agência Senado, a data idealizada por jovens universitários negros representa a luta do povo que constitui a maioria da população brasileira. Além disso, é ressaltado que o feriado nacional não se limita apenas a um dia de folga, mas sim a uma oportunidade para reflexão sobre os desafios enfrentados pela população negra e o reconhecimento das batalhas históricas travadas pelo movimento negro no Brasil em busca de garantias de direitos (Agência Senado).

No Dia da Consciência Negra, é realizado no C.E. Cônego Aderson Guimarães Junior um desfile da beleza negra, no qual os alunos participam desfilando com adereços que abordam a cultura afro-brasileira. No entanto, esse desfile dos corpos negros não precede uma discussão mais aprofundada do significado da estética negra como símbolo de resistência e luta, e sobretudo do processo de aceitação e quebra de estereótipos criados pela própria sociedade como práticas racistas e excludentes.

Nesse sentido, somente adotar um dia para se discutir e refletir sobre uma educação antirracista no espaço escolar não contempla as diretrizes para o ensino de história e cultura afrobrasileira. É necessário haver uma continuidade, durante todo o ano, com os conteúdos que contemplem a cultura afro-brasileira e africana.

4.2 Como Ser um Professor(a) Antirracista

De acordo Pinheiro (2023), para ser um educador antirracista é necessário que o profissional tenha consciência de si dentro da estrutura de opressão que ocorre na sociedade. Se convivemos dentro de uma estrutura impregnada de comportamento racistas, não há como construirmos novos valores, se não houver o combate ao racismo.

Nesse sentido, a autora defende a importância da sociedade, principalmente da escola, como um espaço de combate a esse racismo estrutural. Quando o professor desenvolve práticas antirracistas, ele está contribuindo para construção de relações e atitudes de respeito e de compromisso com a diversidade e sobretudo se tornando um veículo de denúncia e conscientização.

A escola é um complexo social fundamental no processo de transformação da realidade social; ela é influenciada pelo sistema, ao passo que, em contrapartida, também o influencia, uma vez que forma as pessoas que vão ocupar e ajudar a construir todas as demais instâncias sociais. Nesse sentido, a escola precisa ser uma forte aliada no enfrentamento das opressões estruturais, fundamentalmente o racismo (Pinheiro, 2023, p. 103).

Diante disso, Pinheiro (2023) desenvolve reflexões sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas e propõe um olhar do professor sobre as questões étnico-raciais capazes de contribuir no combate ao racismo estrutural, onde a escola possa desenvolver ações e práticas antirracistas como, por exemplo, de leitura de literatura negra e de formação de professores com base no letramento racial.

Pinheiro (2023) faz o seguinte questionamento: “Eu, professor branco, posso ser antirracista?” Sim, na medida em que dentro das práticas pedagógicas em sala de aula, o professor possa questionar o privilégio branco, preparando uma aula sobre branquitude. O professor poderá questionar, por exemplo, por que a maioria dos cientistas ocidentais são todos brancos e problematizar a partir da construção social e patriarcal que os privilegia.

Djamila Ribeiro, que em 2018 foi considerada uma das cem pessoas negras mais influentes do mundo, destaca que as pessoas brancas não costumam questionar a ausência de pessoas negras nos espaços de poder.

Se a população negra é maioria no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deveria ser algo chocante. Portanto, uma pessoa branca deve pensar em seu lugar de modo que entenda os privilégios que acompanham sua cor. Isso é importante para que privilégios não sejam naturalizados ou considerados apenas esforço próprio. (Ribeiro, 2019, p. 13).

Djamila Ribeiro considera o ato de conhecer-se essencial para que se discutam situações de privilégio branco em vários espaços sociais, desde os restaurantes, quando as únicas pessoas negras presentes estão servindo as mesas, até quando são consideradas suspeitas pela polícia. Esses espaços sociais, ocupados pelos brancos, foram construídos no processo de escravização. Portanto, não são lugares naturais. Ter consciência do privilégio branco nos espaços de poder permite que a sociedade possa combater e transformar o racismo estrutural presente na sociedade brasileira (Ribeiro, 2019).

No livro “Pequeno Manual Antirracista”, a autora Djamila Ribeiro apresenta um guia para a construção de atitudes antirracistas, onde as pessoas brancas possam se responsabilizar pelo sistema de opressão que as privilegia e as pessoas negras possam se conscientizar do seu processo histórico para não reproduzi-lo (Ribeiro, 2019).

Segundo a autora, a falta de reflexão sobre o racismo presente na sociedade contribuiu para criar as bases de perpetuação do sistema de discriminação racial. Ela relata que quando estudava, o mundo apresentado na escola era dos brancos, no qual a cultura europeia era vista como superior, o ideal a ser seguido (Ribeiro, 2019).

Conforme as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino Médio, aprovadas em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras (Parecer CNE/CP1/2004) indicam que a escola pode transformar-se em um ambiente de combate ao racismo e à discriminação, de acordo com cada nível e modalidade de ensino.

Segundo o documento sobre as orientações e ações para a educação étnico-racial, o racismo presente na sociedade brasileira tem sido motivo de fracasso escolar de alunos negros. Nesse sentido, a aprovação da Lei 10.639/03 é uma oportunidade de reparação ao povo negro brasileiro para corrigir danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e da discriminação.

A escola, nesse sentido, pode representar um espaço onde haja igualdade de tratamento e oportunidade, na medida em que as vivências dos alunos são incorporadas no ensino.

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca,

sem que haja questionamento desse problema por parte dos(as) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga mágicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais (Orientação e Ações para a Educação Étnico-Raciais, 2006, p. 23).

Desta forma, o documento orienta que a escola quebre esse silêncio e reconheça a importância de combater o racismo, através de uma educação antirracista, que promova o respeito ao outro e o reconhecimento das diferenças.

A construção do Plano de Ação para a Inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem como base os seguintes princípios:

- ✓ Socialização e visibilidade da cultura negro-africana.
- ✓ Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate às discriminações racial e de gênero e à homofobia.
- ✓ Construção de material didático-pedagógico que contemple a diversidade étnico-racial na escola.
- ✓ Valorização dos diversos saberes.
- ✓ Valorização das identidades presentes nas escolas, sem deixar de lado esse esforço nos momentos de festas e comemorações.

Para o Ensino Médio, o texto aborda a construção de relações políticas, sociais e culturais ligadas ao desenvolvimento das identidades de negros(as) e não negros(as) e na criação de um currículo baseado na pluralidade das culturas africana e afro-brasileira.

Conforme o Plano de Ação desenvolvido para o Ensino Médio, é necessário articular os objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) com os princípios da Resolução CNE/CP 01/04 e o Parecer 003/04, que tratam:

- ✓ Consciência política e histórica da diversidade, ou seja, ter a compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, com cultura e história próprias.

- ✓ Fortalecimento de identidades e de direitos, rompendo com imagens negativas contra negros (as) e índios e ampliando o acesso a informações sobre a diversidade do país.
- ✓ Ações educativas de combate ao racismo e às discriminações, como cuidar para que se dê sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais e étnico-raciais na construção da nação brasileira.

De acordo com as Orientações e Ações para a Educação Étnico-Raciais para o Ensino Médio (2006), é necessário que a escola elabore seu projeto político-pedagógico dentro de uma perspectiva que apresente sugestões para a construção de abordagens anti racistas, dentro da realidade da escola.

A materialização desse modelo obriga a repensar o Projeto Político-Pedagógico, a organização curricular e as formas de organizar e de conviver nas escolas de Ensino Médio. É fundamental conceber um projeto para e com os jovens homens e as jovens mulheres que têm direito à escola, reinventando modos e maneiras de gestão escolar e buscando formas de estabelecer alianças entre profissionais da educação e a comunidade escolar, com olhos voltados também para fora da escola (Orientação e Ações para a Educação Étnico-Raciais, 2006, p. 86).

Nesse mesmo documento, a história e a cultura negra estão presentes na escola pela presença dos negros e negras que lá se encontram, mas que não estão devidamente valorizados dentro dos projetos pedagógicos, currículos ou materiais didáticos, de forma contextualizada, explícita e intencional.

A leitura crítica do professor em relação aos livros didáticos pode representar uma maneira de desconstruir a forma como a história é retratada sob o ponto de vista do colonizador.

A função do professor, nesse sentido, poderá contribuir para questionar a forma como o livro didático retrata a história do Brasil e realizar um debate sobre as consequências dessa visão eurocêntrica para a nossa sociedade.

5 MOVIMENTO CRESPOS \CACHEADOS: SEU CABELO. SUA IDENTIDADE



Figura 6: Logomarca do Movimento Crespos \Cacheados
Fonte: Movimento Crespos Cacheados

O Movimento Crespos \Cacheados foi idealizado em novembro de 2015 por Walderia Mirelle e cresceu bastante com a participação da juventude negra da cidade de Caxias, no Maranhão, realizando diversas atividades que envolvem a inclusão e valorizam a diversidade étnico-racial.



Figura 7: Integrantes do Movimento Crespos \Cacheados
Fonte: Movimento Crespos \ Cacheados

O Movimento Crespos \Cacheados utiliza o lema “Seu cabelo. Sua identidade surgiu, a princípio, para ajudar as meninas que estavam vivenciando o processo de transição capilar, que é quando o indivíduo deixa de usar produtos químicos que alteram a curvatura natural dos fios. O objetivo era quebrar paradigmas

tradicionalmente construídos sobre os cabelos crespos, cacheados e ondulados, trabalhando primeiramente a autoaceitação e combatendo qualquer tipo de discriminação. Walderia Mirelle, idealizadora e fundadora do Movimento Crespos\ Cacheados de Caxias, MA, reuniu um grupo de 12 meninas em novembro de 2015 e começaram a conversar sobre o processo de transição capilar, realizando pequenos encontros para que as meninas relataram suas experiências, com o intuito de dar suporte emocional e ajudar as demais. Segundo Walderia, o grupo servia como um “refúgio”, pois ela teria a oportunidade de falar sobre seu processo de transição capilar, que não foi fácil para ela, e dar suporte para as outras meninas, trocando experiências (Mirelle, Idealizadora e Fundadora do Crespos\Cacheados. CAXIAS).

Com o crescimento e as divulgações nas redes sociais (Facebook, WhatsApp e Instagram), o Movimento Crespos\Cacheados deixou de ter uma característica de grupo e começou a ganhar status de movimento na cidade de Caxias e hoje conta com mais de 100 integrantes. Após anos de atividades desenvolvidas nas escolas, o Movimento começou a perceber resultados e a relevância da pauta antirracista na educação. De acordo com Taciana Cardoso, vice-presidente do Movimento Crespos\ Cacheados, o trabalho do Movimento é pautado na luta antirracista, partindo do aspecto estético que corresponde ao cabelo crespo, cacheado ou ondulado, perpassando pela cultura e a liberdade de ser. O movimento tem uma página no Instagram e divulga frequentemente suas atividades na página, inclusive com depoimentos de integrantes do grupo que passaram pelo processo de transição capilar e relatando suas experiências. O mês de novembro é o período em que várias escolas da cidade de Caxias e outras cidades próximas, como Codó, solicitam a presença do movimento para realização de palestras e oficinas.

De acordo com Domingos Júnior, membro e diretor de comunicação do Movimento Crespos Cacheados, ainda há muitos paradigmas a serem quebrados, mas eles conseguiram obter alguns resultados positivos no momento em que muitos meninos e meninas começaram a assumir seus cachos e crespos de forma natural. Ele relata que recebe muitas perguntas, principalmente nas redes sociais, onde o Movimento também atua, tirando dúvidas das pessoas em relação aos produtos utilizados para cabelos crespos e sobre a transição capilar. Quando as pessoas procuram o Movimento, eles fazem uma entrevista e direcionam para dar o apoio necessário, com um suporte emocional.

Taciana Cardoso, vice-presidente do Crespos\Cacheados, destaca a

importância de se trabalhar a auto aceitação desde criança, pois, segundo ela, essas crianças desde pequenas já começam a usar produtos químicos e elas vão crescendo e desconhecendo a sua própria origem e a história do seu cabelo. Nesse sentido, o Movimento também conta com a participação e a conscientização de crianças, seja dentro do grupo ou através das escolas. O Movimento realiza diversas atividades nas escolas de Caxias, como oficinas de turbantes. Durante as oficinas, as crianças e adolescentes aprendem as principais técnicas de amarrações do turbante, que ocorre por meio do entrelaçamento de tecidos que vai desde a cor lisa até as cores mais fortes, com estampas florais, permitindo uma diversidade de modelos.

A ação faz parte do trabalho de levar conhecimentos por meio de práticas culturais, além de permitir o conhecimento da identidade negra, bem como combater o racismo e a desigualdade social, abordando sobre o histórico dos adereços e suas influências. A proposta é mostrar as técnicas, mas também trabalhar a origem e o significado dos acessórios para a cultura afro-brasileira.²



Figura 8: Arquivo Movimento Crespos\ Cacheados (2022)
Fonte: Movimento Crespos Cacheados

² Imagens Disponíveis: <https://caxias.ma.gov.br/2022/11/16/assistencia-social-smads-e-movimento-crespos-e-cacheados-ensinam-tecnica-de-turbantes-aos-usuarios-do-cras-caldeiroes/>



Figura 9: Arquivo Movimento Crespos\Cacheados (2022)
Fonte: Movimento Crespos Cacheados

De acordo com o estatuto do Movimento Crespos\Cacheados, o objetivo do grupo vai além meramente da questão estética, mas busca refletir sobre a cultura afro-brasileira e a luta pela inclusão social e o combate ao racismo como mencionado nos artigos.

3º e 4º. Art.3º- O Coletivo Crespos Cacheados tem por objetivo refletir sobre a questão étnico/racial e cultural que atravessam as características físicas e do cabelo afrodescendente, na mentalidade social do respeito e inclusão social, eximindo-se de qualquer forma violência ou discriminação sobre os corpos de negras e negros, com ênfase nas juventudes do município. Art.4º - O Coletivo Crespos Cacheados atua no combate ao racismo nos vários âmbitos sociais em suas manifestações diversas, buscando ampliar as discussões acerca desta temática e extinguir qualquer prática de discriminação racial.

Nesse sentido, a estética negra representa uma parte do processo de empoderamento, mas sua importância está no contexto maior sobre a própria noção de cultura e identidade étnico-racial.

O Movimento iniciou como uma forma de levantar a autoestima através do cabelo e corpo, mas foi ampliando sua capacidade de percepção diante da possibilidade de contribuir para que a juventude negra de Caxias possa entender a importância da educação nesse processo de resistência. O Movimento Crespos\Cacheados nasceu inicialmente na necessidade de aceitação do cabelo crespo, mas o grupo relata seu comprometimento em combater os padrões estruturais estabelecidos por uma sociedade preconceituosa. Contribuindo para o fortalecimento da luta antirracista, a construção de identidades sólidas e a reflexão sobre questões culturais, o aspecto físico do cabelo afrodescendente torna-se um elemento essencial na busca pelo respeito e pela inclusão social (Relatório de atividades Crespos

\Cacheados, 2024, p. 2).

Tendo como objetivo combater a exclusão e o preconceito, o grupo realiza eventos, rodas de conversa, palestras e oficinas em escolas para conscientizar os alunos sobre a importância da aceitação e da inclusão, por meio do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Estreitar os laços entre a escola e o movimento negro, por meio de ações educativas na escola, é importante para discutir temas relevantes e combater o racismo no espaço escolar. As ações realizadas pelo Crespos\Cacheados buscam aproximar a escola da comunidade. Organizamos um bate-papo com os alunos do 2º ano do turno matutino do C.E. Cônego Aderson sobre educação antirracista com os integrantes do Crespos\Cacheados.



Figura 10: divulgação do Movimento Crespos Cacheados
Fonte: Movimento Crespos Cacheados

O bate-papo abordou questões de enfrentamento ao racismo, com foco na aplicação das leis de ensino da História e Cultura Afro-brasileira, e o fortalecimento e valorização da cultura caxiense. Foi conduzido pela vice-presidente do Movimento Crespos Cacheados, Taciana Cardoso.

Ao iniciar a roda de conversa, Taciana Cardoso se apresentou como uma mulher negra com muito orgulho de sua trajetória de vida e sua história no Movimento. Durante a conversa, ela compartilhou que, durante muito tempo, usou produtos para alisar o cabelo, mas, com o tempo e a ajuda de algumas pessoas, passou a reconhecer sua identidade e a militar no Crespos\Cacheados em Caxias, MA.



Figura 11: Bate-papo na escola com Taciana Cardoso
Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Taciana Cardoso compartilhou que é uma luta diária tentar fugir dos padrões impostos pela sociedade. Mãe de 5 filhos, agente ambiental, técnica em comércio e graduada em geografia, ela afirmou que nada é fácil para uma mulher negra e destacou que hoje suas filhas são muito mais conscientes sobre seu valor, pois ela repassou esse ensinamento para elas.

Durante a conversa, Taciana perguntou aos alunos se algum deles já havia passado pelo processo de transição capilar ou se tinham vivenciado situações de discriminação pela sua aparência. Alguns alunos responderam positivamente, mencionando que o processo de aceitação é difícil devido ao julgamento das pessoas, muitas vezes até dentro da própria escola.

Taciana também ressaltou que a maioria das mortes no Brasil ocorre entre pessoas negras e enfatizou que é por meio da educação que cada um deles poderá contribuir para minimizar esses índices de mortalidade. No entanto, ela reconheceu que essa não é uma tarefa fácil, dadas as dificuldades enfrentadas pela população negra em todos os setores.

Além disso, Taciana destacou a importância da leitura de autores negros que abordam a questão racial e apresentou alguns livros aos alunos, como "O Pequeno Manual Antirracista", de Djamila Ribeiro, e "Eu Destilo Melanina e Mel", de Upile Chisala.

Ouvimos a música: Respeitem Meus Cabelos, Brancos do compositor e cantor Chico César e, em seguida, realizamos um bate-papo sobre "Estética Negra como

identidade e empoderamento”.

Música: Respeitem Meus Cabelos, Brancos

Compositor: Chico César

Respeitem meus cabelos, brancos
Chegou a hora de falar
Vamos ser francos
Pois quando um preto fala
O branco cala ou deixa a sala
Com veludo nos tamancos

Cabelo veio da África
Junto com meus santos

Benguelas, zulus, gêges
Rebolos, bundos, bantos
Batuques, toques, mandingas
Danças, tranças, cantos
Respeitem meus cabelos, brancos

Se eu quero pixaim, deixa
Se eu quero enrolar, deixa
Se eu quero colorir, deixa
Se eu quero assanhar, deixa
Deixa, deixa a madeixa balançar
(Composição: Chico César, 2002)

A música "Respeitem Meus Cabelos, Brancos" de Chico César (2002) emerge como um importante manifesto de identidade e resistência contra o preconceito racial. Por meio de sua letra, Chico César enfatiza o empoderamento por meio da aceitação do corpo e dos cabelos negros, símbolos da história afro-brasileira, enquanto destaca elementos da cultura africana, como benguelas, zulus e mandingas, ressaltando assim o poder da diversidade.

A letra confronta e desafia os preconceitos daqueles que julgam e reprimem a estética negra, ao mesmo tempo que questiona os padrões sociais eurocêntricos. No verso "Se eu quero pixaim, deixa; se eu quero enrolar, deixa", Chico César defende a liberdade em relação aos cabelos crespos, convidando à reflexão sobre os padrões estéticos e a necessidade de quebrar os preconceitos arraigados na sociedade.

Chico César (2002) “quando digo “respeitem meus cabelos, brancos” não falo só de mim nem quero dizer só isso. Debaxo dos cabelos, o homem como metáfora. A raça. A geração. A pessoa e suas ideias. A luta para manter-se de pé e mantê-las,

as ideias, flecheiras. É como se alguém dissesse “respeitem minha particularidade”. É o que eu digo, como artista brasileiro nordestino descendente de negros e índios. E brancos. Ou ainda no plural: minhas particularidades mutantes. Fala-se em tolerância. Pois não é disso que se trata. Trata-se de respeito. (Chico César,2002)

Jeverson Brito, tesoureiro do Crespos\Cacheados, destacou que a cultura, a identidade e a aceitação dentro do movimento são trabalhados a partir do cabelo e dos traços ancestrais no sentido da auto aceitação, não somente como estética, mas como identidade.



Figura 12: Bate-Papo na Escola com Jeverson Brito
Fonte: Arquivo pessoal (2023)

No decorrer das aulas, os alunos foram divididos em grupos e cada grupo desenvolveu uma atividade para apresentação no pátio da escola, sobre a cultura afro-brasileira, estética e empoderamento negro e educação antirracista a partir das discussões realizadas com a participação do Movimento Crespos\Cacheados.

O grupo 1 realizou uma apresentação sobre as tranças afro demonstrando sua importância no contexto histórico, não somente na questão do empoderamento estético, mas como expressão de identidade e resistência.



Figura 13: Aluna apresentando as tranças Afro-brasileiras
Fonte: Arquivo pessoal (2023)

O grupo 2 realizou uma campanha antirracista na escola, através de cartazes, utilizando frases antirracistas.



Figura 14: Produção de Cartazes confeccionados pelos alunos
Fonte: Arquivo pessoal (2023)

O grupo 3 apresentou um desfile com o tema: empoderamento e resistência. Os alunos desfilaram e, em seguida, destacaram as personalidades negras importantes na luta antirracista e indicaram livros para leitura sobre a temática.



Figura 15: Alunos representando a estética negra na escola
 Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Para finalizar, tivemos a apresentação, no pátio da escola, do grupo Guerreiros do Quilombo, com os integrantes do Movimento Crespos\Cacheados.



Figura 16: Apresentação de capoeira no pátio da escola
 Fonte: Arquivo pessoal (2023)

5.1 A Luta Contra o Preconceito e a Intolerância Religiosa

O movimento Crespo\ Cacheados também combate a intolerância religiosa, através da educação. Jeverson Brito, integrante do Movimento Crespos \Cacheados, apresentou um documentário produzido por ele sobre o Templo Religioso de Umbanda Pai Xangô e sua Yalorixá, Mãe Indira Trindade de Dorinha Légua com o apoio da Prefeitura Municipal de Caxias-MA, através da Secretaria de Cultura, Turismo, Patrimônio Histórico e Juventude, do Templo Religioso de Umbanda Pai Xangô, do Serviço Social do Comércio – SESC, do Centro de Folclore e Artes Populares de Caxias – CEFOL, Centro de Ensino Cônego Aderson Guimarães Jr, e

Ministério da Cultura e Governo Federal pela realização através da Lei Paulo Gustavo.

A ação desenvolvida na escola foi importante porque as religiões afro-brasileiras são frequentemente silenciadas, e muitos alunos se sentem envergonhados de sua própria religião devido ao preconceito e à falta de representatividade na escola. Como uma instituição laica, a escola deveria ser um local de inclusão e debates, não de intolerância.

Segundo Jeverson Brito, a Mãe Indira Trindade é uma das mais respeitadas e atuantes representantes da umbanda em Caxias. Após a exibição do documentário, os alunos tiveram a oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas em relação à prática da umbanda.



Figura 17: Apresentação do documentário com Jeverson Brito
Fonte: Arquivo pessoal (2024)

No documentário produzido por Jeverson Brito (2024) são apresentadas algumas denominações mais utilizadas na prática da umbanda como:

- ✓ **Marimba:** é um instrumento folclórico de percussão de origem africana. Também chamado marimbau, é tocado para abrir as giras e sessões nos terreiros.
- ✓ **Mironga:** é um termo utilizado para se referir a um tipo de feitiço, encantamento ou trabalho espiritual realizado por um pai ou mãe de santo.
- ✓ **Encantos:** baseados nos princípios do fraternidade, caridade, e respeito ao próximo, os encantos discorrem sobre os fundamentos que convergem do sincretismo e pensamentos na Umbanda para o desenvolvimento mediúnico dos filhos/as de santo, e “alumiando” os preconceitos e rótulos religiosos equivocados sobre essa religião genuinamente brasileira.

O vídeo-documentário tem o objetivo de informar e desmistificar a Umbanda,

que é considerada uma religião afro-ameríndia brasileira e tem origens e raízes múltiplas de conceitos africanos, indígenas e cristãos. Ele esclareceu e comentou que existem vários terreiros de umbanda em Caxias e que é uma religião muito frequentada na cidade, mas que muitas pessoas têm vergonha de assumir por conta da intolerância (Brito,2024).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei o mestrado em 2022 sem uma ideia clara de pesquisa, mas as disciplinas cursadas foram me abrindo um leque de possibilidades. Inicialmente, a disciplina de Educação Patrimonial me fez refletir sobre a importância da orientação e planejamento para as aulas voltadas à compreensão do patrimônio histórico, tanto material quanto imaterial. Sempre gostei de levar os alunos, principalmente ao espaço do Memorial da Balaiada em Caxias-MA, pela relevância do movimento histórico e pela facilidade de acesso. No entanto, percebi que as visitas careciam de um planejamento adequado, principalmente no que diz respeito à elaboração de projetos e ao registro escrito. Durante a disciplina, tomei conhecimento do Guia Básico da Educação Patrimonial (1999), que oferece orientações metodológicas específicas para essa área.

A educação patrimonial demanda um processo de observação que envolve etapas de percepção, análise e interpretação das manifestações culturais, seja em um museu, monumento ou cidade, oferecendo uma infinidade de possibilidades de abordagem sobre o objeto estudado.

Durante a disciplina de Educação Patrimonial, desenvolvi um projeto utilizando as orientações do Guia Básico de Educação Patrimonial sobre Ensino de História e Patrimônio Cultural no Memorial da Balaiada, com o tema: Educação Patrimonial como instrumento de ensino-aprendizagem em história e cultura afro-brasileira. Apresentei este projeto no II Congresso Nacional do ProfHistória, com a temática "A pesquisa em ensino de história e a formação de professores", realizado de 4 a 7 de outubro de 2022 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi uma experiência gratificante, pois há muito tempo não desenvolvia um projeto, e também me proporcionou conhecer o Rio de Janeiro. No entanto, decidi não dar continuidade a essa temática por já existirem bastantes publicações envolvendo o Memorial da Balaiada.

Durante a disciplina "Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-Raciais", ministrada pelo professor Dr. Marcelo Pagliosa Carvalho, discutimos várias temáticas, como as lutas e reivindicações do movimento negro e do movimento indígena pela escolarização, a Lei nº 10.639/2003 sobre Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, a Lei nº 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Todas essas leituras foram importantes para a minha escolha de tema.

Confesso que há bastante tempo não realizava uma leitura mais aprofundada sobre a temática racial. Minha carga horária excessiva de trabalho não me deixava espaço para estudar e me aprofundar em leituras tão necessárias, como as que realizei durante o Mestrado Profissional (ProfHistória). Assim como os demais professores, não tive nenhuma formação sobre como abordar a temática étnico-racial na sala de aula. O único material disponível ainda é o livro didático. Nesse sentido, as aulas do mestrado e principalmente a disciplina "Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-Raciais" me possibilitaram aumentar meu conhecimento e melhorar minhas aulas.

O contato com autores importantes, como Nilma Lino Ramos, Silvio Luiz de Almeida, Kabengele Munanga, Djamila Ribeiro, entre outros, trouxe um crescimento expressivo em relação à maneira de olhar para uma sala de aula tão heterogênea e perceber que podemos construir uma educação que respeite as diferenças.

Este trabalho de mestrado sobre Educação Étnico-Racial com o Movimento Crespos\ Cacheados de Caxias-MA teve o objetivo de contribuir para que as práticas pedagógicas direcionadas aos conteúdos de história afro-brasileira dialoguem com os movimentos sociais, estabelecendo um canal permanente de debates que promovam práticas inclusivas.

Estudar as relações étnico-raciais é fundamental para a educação no Brasil, principalmente porque é uma temática que ainda precisa ser respeitada e implementada nas práticas e currículos da educação, como determina a Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

As leituras realizadas e as experiências trocadas com os integrantes do Movimento Crespos\ Cacheados constataram os vários desafios enfrentados quando se trata do combate ao racismo estrutural. A falta de material didático e de formação continuada são alguns dos problemas que enfrentamos. Essas dificuldades em relação à temática racial contribuem bastante para a não realização de aulas e atividades que abordem de maneira significativa a história afro-brasileira e africana, o que evidencia a falta de políticas públicas que respeitem e valorizem a população afro-brasileira, através de práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas.

Levar o movimento negro para dentro da escola foi um pouco desafiador para mim, principalmente porque o diretor da escola é evangélico e tem um discurso

conservador e negacionista em relação à temática racial. Sempre que temos alguma atividade na escola em relação ao Dia da Consciência Negra, por exemplo, ele afirma que todos são iguais e que não deveria existir essa divisão.

Infelizmente, ainda encontramos no Brasil muitos discursos que negam o racismo no Brasil, mas sabemos que ele está claramente identificado nas instituições. Negar o racismo só reforça o mito da democracia racial brasileira, dificultando a execução de estratégias contra o preconceito e a discriminação.

Nesse sentido, a aproximação da escola com os movimentos sociais, com a comunidade negra, com os grupos culturais e religiosos são importantes para demonstrar de fato como lidamos com as diferenças, associando experiências concretas de convivência e respeito às diferenças. Se entendermos o processo educacional de forma mais profunda, iremos admitir que temos muitos problemas que precisam da nossa compreensão.

De acordo com a autora Nilma Lino Ramos (2005), somente a análise do livro didático ou a questão curricular não são suficientes para combater o racismo. É necessário mudanças de valores e práticas durante todo o processo escolar e não somente em determinadas datas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. A Balaiada: luta pela cidadania no Maranhão Imperial (Artigo). In: **Café História**. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/a-balaiada-luta-por-cidadania-no-maranhao-imperial/>>. Publicado em 28 set. de 2023. ISSN: 2674-5917.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. **Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana"**: uma conversa com historiadores. Estudos históricos (Rio J.) [online], v. 21, n. 41, pp. 5-20, 2008.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra – Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/11/dia-da-consciencia-negra-50-anos-liberdade-conquistada-nao-concedida>. Acesso em: data de acesso.

BALAIADA. **A Guerra do Maranhão**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=85prpA3snrk>. Acesso em: data de acesso.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; (Feminismos Plurais, coordenação de Djamila Ribeiro). Pólen, p. 184, 2019.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003**. D.O.U. 10 de Janeiro de 2003.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMAFEU, Paulinho. **Que Bloco é Esse**. Ilê Aiyê, Salvador, Natasha Records, 1999.

CARREIRA, Denise; SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola**. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

Centro de Ensino Cônego Aderson Guimarães Junior. **Projeto Político-Pedagógico**, 2018.

DAOLIO, Jocimar. **Da Cultura do Corpo**. Campinas: Papirus, 1995.

DUARTE, Rosângela de Oliveira. **Conhecimento histórico escolar e educação patrimonial no museu memorial da Balaiada**. 2020. Disponível em: <www.memorialvirtual.com>. Acesso em: data de acesso.

DIAS, Gonçalves. "**Canção do Exílio**". Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/goncalves-dias/biografia>. Acesso em: data de acesso.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e pesquisa, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** Revista Brasileira de Educação, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; QUEIROZ, Adriane (orgs.). **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Museu Imperial, IPHAN, MinC, 1999.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

Mirelle, Walderia. "Idealizadora e Fundadora Crespos Cacheados. CAXIAS". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c-dSyQp4m6U>. Acesso em: data de acesso.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores (Portuguese Edition)** (p. 103). Planeta. Edição do Kindle.

PORTAL GELEDÉS. **O crespo é livre, belo e ancestral: cabelo afro resiste ao racismo estético**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-crespo-e-livre-belo-e->

ancestral-cabelo-afro-resiste-ao-racismo-estetico/>. Acesso em: data de acesso.

PORTAL GELEDÉS. **Tranças da liberdade como penteados ajudaram escravizados a fugir**. Disponível em: <[https:// www.geledes.org.br/trancas-da-liberdade-como-penteados-ajudaram-escravizados-em-fugas/](https://www.geledes.org.br/trancas-da-liberdade-como-penteados-ajudaram-escravizados-em-fugas/)>. Acesso em: data de acesso.

QUINTÃO, Adriana Maria Penna. **O que ela tem na cabeça?** Um estudo sobre o cabelo como performance identitária, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Patrícia Silva. **O Museu Escola Memorial da Balaiada e o Ensino de História: identidades, história local e formação de consciências históricas em Caxias/MA**. São Luís, 2021.

SILVA, Daniel Pinha. **O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99-129, jan./abr. 2017.

SILVA, Joyce Gonçalves da. **Corporeidade e identidade, o corpo negro como espaço de significação**. Salvador: UCSal, 8 a 10 de outubro de 2014. ISSN 2316-266X, n. 3, v. 17, p. 263-275.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS INTEGRANTES DO MOVIMENTO CRESPOS\CACHEADOS.



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE – PPR
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – ENPEH PROFHISTÓRIA**

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS INTEGRANTES DO MOVIMENTO CRESPOS
\CACHEADOS.**

- 1-Como surgiu o Movimento Crespos \Cacheados?
- 2-Qual a importância da estética negra para a identidade afrodescendente?
- 3-Como a estética negra tem ganhado espaço ao longo do tempo?
- 4-Como a estética negra desafia padrões eurocêntricos?
- 5-Como o Movimento Negro Crespos \Cacheados vem influenciando a juventude negra de Caxias-MA?
- 6-De que forma o Movimento Crespos\ Cacheados contribui para o desenvolvimento de ações afirmativas nas escolas de Caxias-MA

APÊNDICE B: RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Coletivo Crespos/Cacheados 2015-2024



Endereço: (sede) Rua Santo Antônio N° 745, bairro: Campo de Belém

Email: movimentocresposcacheadoscx@gmail.com

Redes Sociais: instagram: [@cresposcacheados](https://www.instagram.com/cresposcacheados)

Fone /whatsapp: 99 9643-1465, 99 8844-2112

Caxias - Maranhão

2024

CRESPOS/CACHEADOS DE CAXIAS, MARANHÃO

O Coletivo Crespos/ Cacheados de Caxias, Maranhão, foi fundado em 12 de novembro de 2015 por Walderia Mirelle. A ideia nasceu durante o processo de transição capilar da fundadora, que sentiu a necessidade de criar um espaço de apoio e empoderamento para outras pessoas que estavam passando por essa jornada. O Coletivo foi um dos pioneiros a pautar a luta antirracista na cidade de Caxias, através da reafirmação da identidade e beleza negra. Nossos integrantes são pessoas negras de cabelo crespo e cacheado, em sua maioria mulheres e jovens periféricos.



O Cabelo Como Ato de Empoderamento



Assumir os cabelos ancestrais representa um ato de empoderamento para muitas pessoas. É uma maneira de romper com os padrões de beleza impostos pela sociedade, de se libertar das amarras da química capilar e de se afirmar como uma pessoa negra. O Grupo Crespos/Cacheados desempenha um papel fundamental nessa jornada, oferecendo apoio, orientação e um senso de comunidade.

Participar do grupo é uma experiência gratificante que ajuda as pessoas a se amarem mais e a enfrentarem o racismo em comunidade. O grupo está comprometido em combater os padrões estruturais estabelecidos por uma sociedade preconceituosa. Sua importância vai além da aceitação do cabelo natural, alcançando o fortalecimento da luta antirracista, a construção de identidades sólidas e a reflexão sobre questões culturais e o aspecto físico do cabelo afrodescendente na busca pelo respeito e pela inclusão social.

Atividades e Realizações

O Coletivo Crespos/Cacheados de Caxias realiza uma série de atividades para cumprir sua missão, dentre elas:

Eventos, rodas de conversas, palestras e oficinas em escolas para educar os alunos sobre a importância da aceitação e da inclusão, bem como para promover a história e a cultura afrobrasileira e indígena, dentre outros assuntos de apoio ao trabalho social em alinhamento com as atividades de ações afirmativas.



Durante o ano, promovemos **lives, workshops e palestras** que abordam questões de enfrentamento ao racismo, com foco na aplicação das leis de ensino da História e Cultura afrobrasileira, na rede de educação municipal. Também se faz presente no movimento o fortalecimento e valorização da cultura caxiense.

Dentre nossas lutas por direitos e justiça social, destacam-se: Luta antirracista e educação antirracista, apoio aos povos e comunidades tradicionais do maranhão que vivem conflitos de terra, empoderamento feminino para a infantojuventude e mulheres adultas. Fazemos parte do Conselho Municipal de juventude, a presidência desse Conselho é ocupada por nossa integrante Janny Santana. Nacionalmente, fazemos parte da Rede Nacional de Lideranças Adolescentes do Unicef.

Nosso Coletivo está presente com ações afirmativas nas periferias de Caxias, na zona rural, com as juventudes quilombolas, as juventudes do campo e região maranhense.



O grupo tem a honra de ter ganho uma ala especial para desfilar, todos os anos, no dia 7 de setembro, por ocasião das comemorações do dia da Independência do Brasil, demonstrando sua crescente visibilidade e impacto na comunidade.

Algumas lembranças importantes de conquistas nossas em 2020 e 2022.

2020

Colaboramos com o Juventude Viva, em 2020, no Griô Juventude Viva. Local: São Luis.



2022

Fomos premiados com um troféu pela colaboração na Feira de Literatura, Cultura e Turismo (FLICT) da Região dos Cocais. Local: Caxias-MA.



Participação na Caravana Estadual dos Direitos Humanos. Local: São Luis.



Relatório de atividades de 2023

Desde abril de 2023 temos a jovem Gessica Brenda representando o Coletivo Crespos/Cacheados na 1ª Rede Nacional de Lideranças Adolescentes do Unicef-Reimaginando Futuros, que se iniciou com um Encontro Nacional em Brasília. (Matéria no site do Unicef com as informações da Rede <https://www.unicef.org/brazil/reimaginando-futuros>)

ACREDITE! VOCÊ TEM O PODER DA MUDANÇA. ✕

DOE AGORA

unicef para cada criança
Brasil

DOE AGORA

Gessica Brenda

"Eu me chamo Gessica Brenda, sou de Caxias, no Maranhão, tenho 18 anos, participo do Movimento Crespos/Cacheados e do Nuca [Núcleo de Cidadania de Adolescentes] da minha cidade. Eu sou uma garota negra e cacheada, estudante de psicologia, que defende a luta antirracista, a valorização da cultura e dos traços afrodescendentes, bem como a garantia dos direitos civis e humanos para a infantojuventude."

Participação no IV Encontro Estadual de Mulheres dos Territórios do Maranhão. Local: Caxias-MA. Data: Maio de 2023.



14 Encontro da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão. Data: Julho de 2023. Realizamos Oficina de turbantes, contação de histórias com livros da literatura negra, roda de conversas sobre empoderamento feminino, enfrentamento de violências para mais de 1500 pessoas. Local: Pirapemas-MA, território quilombola de Bica.



Oficina de tranças, roda de conversa sobre negritude e luta antirracista com as juventudes de São João do Sóter, à convite da Secretaria de Educação, programação Julho das Pretas. Local: São João do Sóter-MA. Data: Julho de 2023.



Participação na 2ª Conferência Municipal de Juventude de Caxias-MA. Data: Agosto de 2023. Nossa jovem Delegada foi eleita para concorrer na etapa estadual da Conferência.



Os jovens do Coletivo expuseram nosso trabalho com livros, oficinas de pintura afro e turbantes na Feira de Literatura, Cultura e Turismo (FLICT) da Região dos Cocais. Local: Caxias-MA. Data: Outubro de 2023



Realização de roda de conversa sobre enfrentamento ao racismo com alunos do ensino médio da rede municipal. Local: Caxias-MA. Data: Novembro de 2023.



Participação do Encontro de juventudes realizado pela Pastoral Afro da Igreja Católica. Local: Brejo-MA. Data: Novembro de 2023.



Participamos da mesa redonda da II Semana da Consciência Negra no IEMA de Coelho de Neto, dialogando sobre educação antirracista com os alunos da instituição. Local: Coelho Neto-MA. Data: Novembro de 2023



Colaboramos na realização da Caravana de Direitos Humanos da região dos cocais, debatendo sobre a participação das juventudes no centro das garantias dos Direitos Humanos.



Tivemos representação na IV Conferência Nacional de Juventude, nossa jovem fez parte da Delegação Maranhense que foi para Brasília em Dezembro de 2023.



Registros das agendas do Coletivo no Novembro Negro de 2023: rodas de conversas com a rede pública municipal:



Durante todo o ano de 2023 realizamos diálogos sobre dignidade menstrual no ambiente escolar de Caxias, apoiando os projetos de arrecadação de itens de higiene:



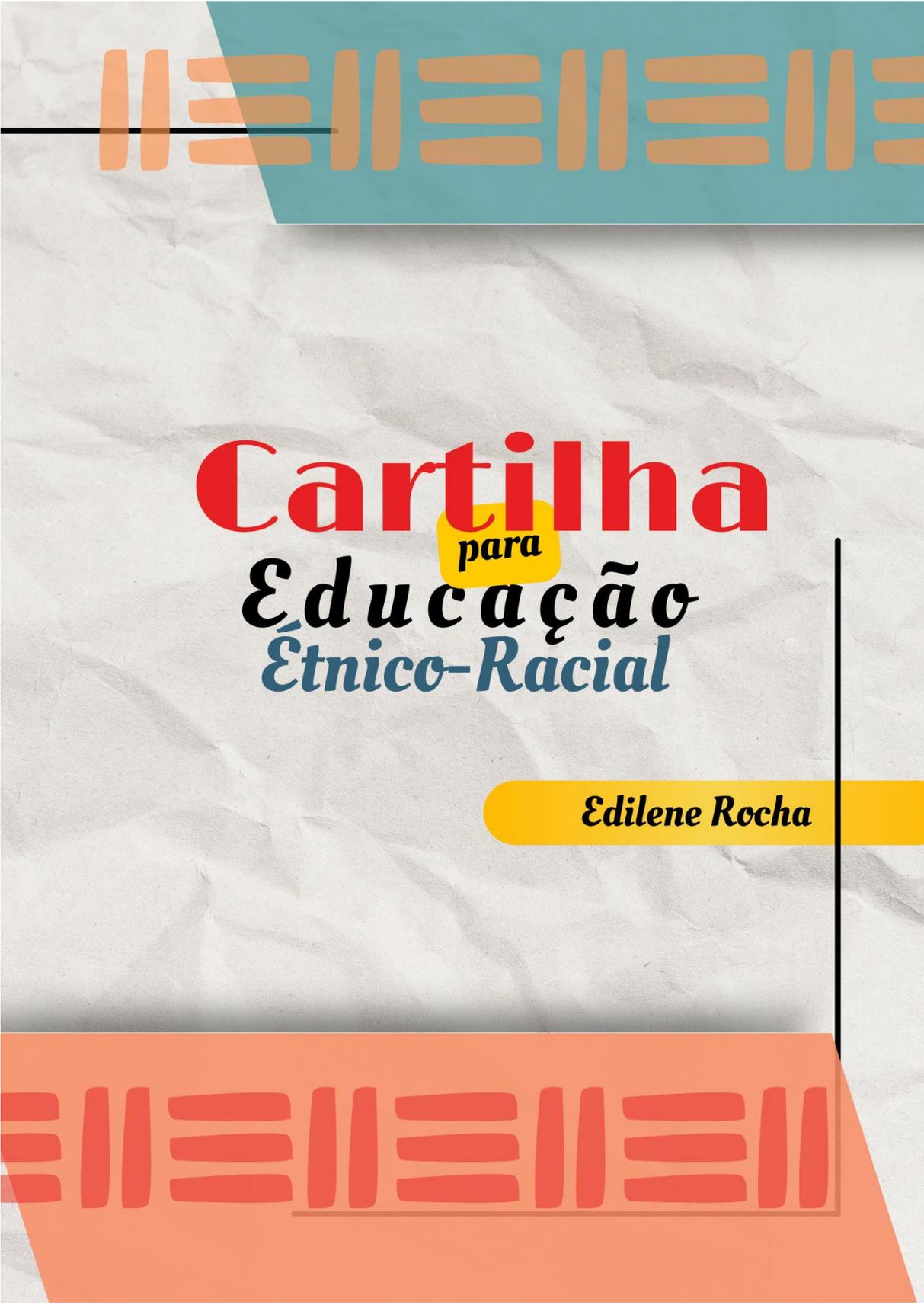
2024

Realizamos o I Encontro “Aquilomba Juventudes: proteção, autoproteção e garantia de direitos das juventudes quilombolas” com jovens quilombolas da região leste dos cocais, com o apoio da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). Data: Fevereiro de 2024. Local: Território Quilombola de Jacarezinho-São João do Sóter.



APÊNDICE C: PRODUTO EDUCACIONAL





Cartilha
para
Educação
Étnico-Racial

Edilene Rocha

O estudo sobre as representações do corpo negro no cotidiano escolar poderá ser uma contribuição não só para o desvelamento do preconceito e da discriminação racial na escola como, também, poderá nos ajudar a construir estratégias pedagógicas alternativas que nos possibilitem compreender a importância do corpo na construção da identidade étnico-racial de alunos, professores negros, mestiços e brancos e como esses fatores interferem nas relações estabelecidas entre esses diferentes sujeitos no ambiente escolar. Na escola, não só aprendemos, mas também reproduzimos representações sobre o cabelo crespo e o corpo negro (Gomes, 2003, p. 180).





PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

FICHA TÉCNICA

PESQUISA/TEXTO
EDILENE ROCHA DE ABREU

ORIENTAÇÃO:
PROF. DR. MARCELO PAGLIOSA CARVALHO

DIAGRAMAÇÃO
MARICEIA RIBEIRO LIMA

ILUSTRAÇÃO
BANCO DE IMAGENS CANVA

SÃO LUIS, MA
2024



SUMÁRIO

MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR	07
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COM O MOVIMENTO CRESPOS CACHEADOS	09
ESTÉTICA NEGRA COMO RESISTÊNCIA	11
HISTÓRIA DOS TURBANTES	16
COMO SER UM EDUCADOR ANTIRRACISTA?	19
ENTENDA O QUE É RACISMO INSTITUCIONAL	24
SUPERAÇÃO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO LAICA	31
O PATRIMÔNIO É A NOSSA HISTÓRIA	36
TAMBOR DE CRIOLA DO MARANHÃO	39
MUSEU CAFUA DAS MERCÊS (MUSEU DO NEGRO)	42
REFERÊNCIAS	44



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos esta cartilha educacional como resultado da dissertação do mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA direcionada aos professores de história do ensino médio e elaborada com o objetivo de contribuir para a promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais no espaço escolar.

Ensinar história e cultura afro-brasileira e africana, bem como as noções de cultura e diversidade e a formação étnico racial brasileira como conteúdos pedagógicos, fazem parte das normatizações do MEC com o intuito de legitimar os conteúdos do Ensino Fundamental e Médio em relação ao ensino de história. Esses avanços em relação à educação étnico-racial ocorreram, principalmente, pelas pressões e contribuições do movimento negro.

Assim, propor uma educação antirracista é colocar em prática as diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e contribuir para amenizar as desigualdades até hoje existentes na sociedade brasileira, quebrando o mito falsa “democracia racial”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana representam uma das maiores contribuições ao ensino das relações étnico raciais, na medida em que tem o objetivo de fazer uma reparação histórica à população afrodescendente e possibilitar o desenvolvimento de ações afirmativas no ambiente escolar.

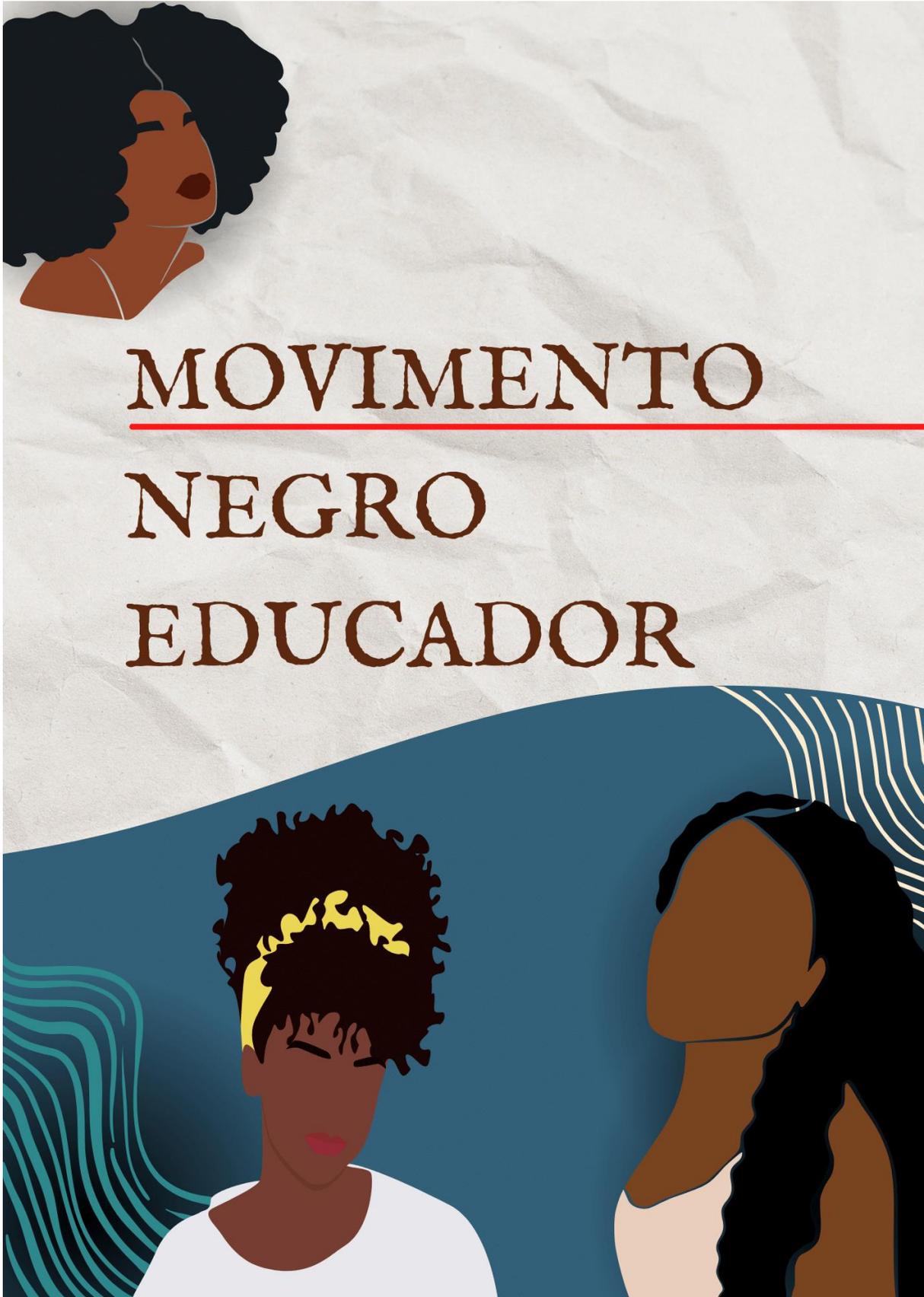


A Lei 10.639\2003 — que tornou obrigatória a temática história e cultura afro-brasileira e africana — e a Lei 11.645\2008 — que incluiu o ensino de história e cultura indígena — representam um avanço importante para a história brasileira, capaz de contemplar esses grupos historicamente marginalizados pelo olhar eurocêntrico e “esquecidos” pelos próprios livros didáticos. A aplicabilidade das leis para os sistemas de ensino significa não somente uma reparação, mas uma obrigatoriedade legal.

Nesta cartilha, você encontrará informações sobre o Movimento Crespo Cacheados da cidade de Caxias -MA que realiza um trabalho com a juventude negra, além de sugestões de livros, sites, museus e atividades que possam somar e ampliar às experiências dos professores de história.

Esperamos que este material seja útil em sua jornada como educador comprometido com a promoção da igualdade e do respeito à diversidade étnico-racial.





Gomes (2017) discute a relevância do movimento negro no papel transformador da educação, contribuindo para promover a igualdade e combater a discriminação racial. A autora destaca a importância do reconhecimento das contribuições históricas e culturais da população negra para a construção de uma identidade nacional com inclusão. As políticas públicas e práticas educacionais, devem andar juntas com as reivindicações do movimento negro, propondo alternativas para uma educação mais justa e igualitária.

De acordo com o artigo: A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática (Gomes, 2020) , o movimento negro é uma importante ferramenta nas lutas antirracistas na história brasileira a partir do século XX, onde várias propostas reivindicadas pelos movimentos negros, foram transformadas em políticas públicas pelo Estado, como, por exemplo, a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996) pela Lei n. 10.639/2003 ao introduzir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas da educação básica; o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010); a Lei de cotas sociais e raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (Lei n. 12.711/2012); a Lei de cotas raciais nos concursos públicos federais (Lei n. 12.990/2014) e a Portaria n. 13/2016 do Ministério da Educação que induziu as cotas raciais na pós-graduação das IFES, entre outras.



EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA

COM O
MOVIMENTO
CRESPOS
CACHEADOS





FOTO: ARQUIVO MOVIMENTO CRESPOS CACHEADOS

O Movimento Crespos Cacheados desenvolve ações educativas e antirracistas nas escolas de Caxias- MA e utiliza o lema “Seu cabelo. Sua identidade”. O movimento surgiu, a princípio, para ajudar as meninas que estavam vivenciando o processo de transição capilar, que é quando o indivíduo deixa de usar produtos químicos que alteram a curvatura natural dos fios.

No entanto, as ações desenvolvidas pelo Movimento Crespos Cacheados envolvem não somente a auto aceitação do corpo e cabelo negro, mas o desenvolvimento de práticas educativas e culturais que contribuem para a valorização da história afro brasileira e africana, direcionada a uma educação antirracista.



SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Bate papo na escola com o movimento crespos cacheados sobre temáticas relacionadas a uma educação antirracista.



ESTÉTICA

NEGRA COMO
RESISTÊNCIA



ESTÉTICA NEGRA COMO RESISTÊNCIA

A valorização da identidade, com base nos traços estéticos, contribui, segundo a autora Joice Berth (2019), para combater e enfrentar as situações de racismo presentes no imaginário social que criou normas, por meio da exclusão e da opressão de certos grupos em detrimento de outros, com padrões aceitos ou não. Dessa forma, ao atribuímos o sentido de autoestima e valorização da estética negra, como símbolo de resistência, busca-se entender a própria história afro-brasileira (Berth, 2019).

‘TRANÇAS DA LIBERDADE’: COMO PENTEADOS AJUDARAM ESCRAVIZADOS EM FUGAS



Foto: Imagem retirada do site BBC

DE RAIZ

“É preciso lembrar que os escravizados, vinham de diferentes regiões da África, falavam línguas distintas, e no início era difícil para todos se entenderem.”

Mas havia uma linguagem comum que eles trouxeram de seu continente de origem.

“O que chamamos de ‘tranças de raiz’, aquela que fica presa no couro cabeludo, que são próprias dos povos africanos.”

E essas tranças falavam: contavam histórias, declaravam a condição social de quem as usava, deixavam claro seu estado civil, a religião que professavam, identificavam-nas como membros de determinadas comunidades ou etnias.

No Novo Mundo, elas começaram a falar sobre liberdade.

“Após combinarem com os homens, elas concordaram que iam usar as tranças, os penteados, como um código secreto que indicava os caminhos por onde deveriam escapar.”

As escravizadas tornaram-se cartógrafas sem lápis nem papel, criando e usando na cabeça mapas desenhados com cabelos.

“Foi assim que elas desenharam o que é conhecido como os famosos mapas de fuga ou a rotas de liberdade”, diz Valencia.

E não só isso.

Nesses penteados, as mulheres também guardavam objetos valiosos que seriam úteis quando chegassem aos palenques, como fósforos, grãos de ouro ou sementes preciosas para o cultivo.

<https://www.geledes.org.br/trancas-da-liberdade-como-penteados-ajudaram-escravizados-em-fugas>





**SUGESTÃO
DE ATIVIDADE**

▶ **OFICINA DE TRANÇAS AFRO.**

▶ **PARA LER**

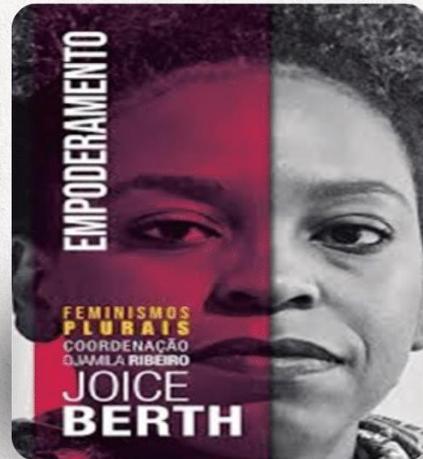


CORPO

O cabelo é analisado na obra de Nilma Lino Gomes não apenas como parte integrante do corpo individual e biológico, mas, sobretudo, como corpo social e linguagem, como veículo de expressão e símbolo de resistência cultural. É nessa direção que a autora interpreta as ações e atividades desenvolvidas nos salões étnicos de Belo Horizonte a partir da manipulação do cabelo crespo, baseando-se nos penteados de origem étnica africana, recriados e reinterpretados, como formas de expressão estética e identidade negra. A conscientização sobre as possibilidades positivas do próprio cabelo oferece uma notável contribuição no processo de reabilitação do corpo negro e na reversão das representações pejorativas presentes no imaginário herdado de uma cultura racista.

Kabengele Munanga
Professor titular do Departamento de Antropologia da USP

O livro discute sobre a Teoria do Empoderamento, a partir de diversas matrizes teóricas que hoje se dedicam ao tema. São pensadores que entendem empoderamento como aliança entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, algo contestador e revolucionário na sua essência. Muito mais do que a tradução literal de um termo estrangeiro, é uma prática cotidiana para a igualdade.

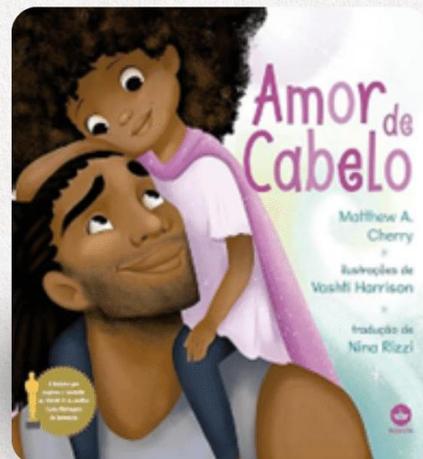


Zuri tem um cabelo mágico e um pai empenhado em fazê-la feliz. Em Amor de cabelo, eles precisam encontrar o penteado perfeito para recepcionar a mãe da menina. Mas lidar com a magia não é tão simples quanto eles pensavam. O livro inspirado no filme vencedor do Oscar de melhor curta-metragem de animação.

O cabelo de Zuri é mágico. Ele pode ser trançado e enrolado para combinar perfeitamente com uma tiara de princesa ou uma capa de super-heroína. E Zuri sabe que seu cabelo é lindo! Mas um dia superespecial pede um penteado mais especial ainda.

A mãe de Zuri está voltando para casa depois de um tratamento médico. E, embora ainda tenha muito o que aprender quando se trata de cabelo, o pai da menina é o responsável por ajudá-la a montar o penteado perfeito para receber a mãe. Ele fará qualquer coisa para deixar a filha feliz, até mesmo aprender a diferença entre trança nagô e trança twist.

Comovente e empoderador, Amor de cabelo enaltece o carinho ao próprio cabelo, o amor entre pais e filhas e a felicidade que preenche aqueles que podem se expressar livremente.



HISTÓRIA DOS --- TURBANTES





FOTO: ARQUIVO MOVIMENTO CRESPOS CACHEADOS

O Movimento Crespos\Cacheados realiza oficinas de turbantes nas escolas de Caxias -MA. Durante as oficinas as crianças e adolescentes aprendem as principais técnicas de amarrações do turbante, que ocorre por meio do entrelaçamento de tecidos que vai desde a cor lisa até as cores mais fortes, com estampas florais, permitindo uma diversidade de modelos.

A ação faz parte do trabalho de levar conhecimentos por meio de práticas culturais, além de permitir o conhecimento da identidade negra, bem como combater o racismo e a desigualdade social, abordando sobre o histórico dos adereços e suas influências

A proposta é mostrar as técnicas, mas também trabalhar a origem e o significado dos acessórios para a cultura afro-brasileira.(www.caxias.gov.br)

DICAS DE SITES

45 Turbantes incríveis selecionados para você. Esperamos que curta!

<https://www.geledes.org.br/45-turbantes-incriveis-selecionados-para-voce-esperamos-que-curta/>



PORTAL GELEDÉS



Foto site: Urbanista The Art of Turban



Foto site: Urbanista The Art of Turban

A REVISTA **ÁFRICA E AFRICANIDADES** desde maio de 2008 vem preenchendo destacado espaço na vida cultural e acadêmica brasileira, pois é um dos poucos periódicos nacionais inteiramente dedicado a temas africanos, afro-brasileiros e afro-latinos que agrega conteúdos acadêmicos, de informação, entretenimento e subsídios para a prática pedagógica e pesquisas escolares da educação básica.

Os trabalhos publicados na REVISTA **ÁFRICA E AFRICANIDADES** têm promovido a reflexão e o debate acadêmico e pedagógico sobre temas como a História do negro no Brasil; educação étnico-racial; preservação do patrimônio, territorialidades negras; relações raciais e os complexos processos de construção identitária e cultural.

DICAS DE SITES



COMO SER UM EDUCADOR ANTIRRACISTA?



De acordo com o livro da autora Bárbara Carine, Como Ser um Educador Antirracista (Pinheiro, 2023), para ser um educador antirracista é necessário que o profissional tenha consciência de si dentro da estrutura de opressão que ocorre na sociedade.

Se convivemos dentro de uma estrutura impregnada de comportamentos racistas, não há como construirmos novos valores, se não houver o combate ao racismo. (Pinheiro, 2023)

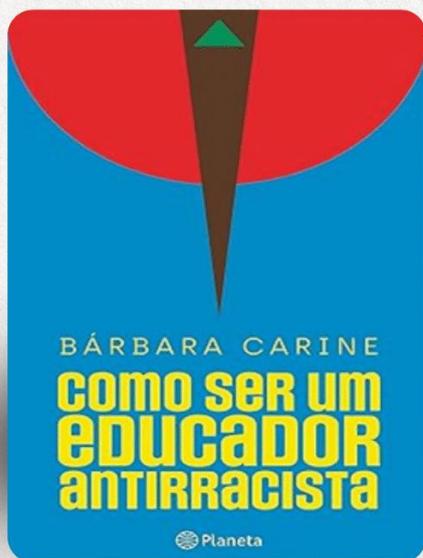
“EU, PROFESSOR BRANCO, POSSO SER ANTIRRACISTA?”

Sim, na medida em que dentro das práticas pedagógicas em sala de aula, o professor possa questionar o privilégio branco, preparando uma aula sobre branquitude. O professor poderá questionar, por exemplo, porque a maioria dos cientistas ocidentais serem todos brancos e problematizar a partir da construção social e patriarcal que os privilegia (Pinheiro, 2023).





SUGESTÃO DE LEITURA



Em **Como ser um educador antirracista**, Bárbara Carine, conhecida nas redes como "uma intelectual diferente", discute sobre como a educação e a escola podem ser pensadas a partir de perspectivas não ocidentalizadas e, sobretudo, racializadas.

A autora esmiuça conceitos ligados à luta antirracista, como pacto da branquitude, racismo estrutural, cotas raciais e educação emancipatória, para (re)pensar as ações pedagógicas e a formação e o papel dos educadores, que são, afinal, todos nós, os "doadores de memórias" que integram a escola.

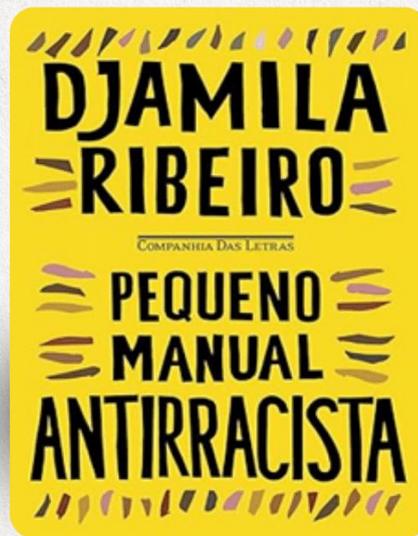
Longe de ser um manual com fórmulas prontas, o livro, resultado de anos de experiência da autora como educadora e idealizadora da Escola Maria Felipa, primeira escola afro-brasileira registrada em uma Secretaria de Educação no Brasil, faz um convite aberto para o leitor conhecer e desenvolver práticas antirracistas em sala de aula e na vida.

Disponível em: <https://www.amazon.com.br/>

Onze lições breves para entender as origens do racismo e como combatê-lo.

Neste pequeno manual, a filósofa e ativista Djamila Ribeiro trata de temas como atualidade do racismo, negritude, branquitude, violência racial, cultura, desejos e afetos. Em onze capítulos curtos e contundentes, a autora apresenta caminhos de reflexão para aqueles que queiram aprofundar sua percepção sobre discriminações racistas estruturais e assumir a responsabilidade pela transformação do estado das coisas. Já há muitos anos se solidifica a percepção de que o racismo está arraigado em nossa sociedade, criando desigualdades e abismos sociais: trata-se de um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de vontade de um sujeito. Reconhecer as raízes e o impacto do racismo pode ser paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro desse tamanho? Djamila Ribeiro argumenta que a prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas. E mais ainda: é uma luta de todas e todos.

* Prêmio Jabuti 2020 na categoria Ciências humanas. *



Disponível em: <https://www.amazon.com.br/>



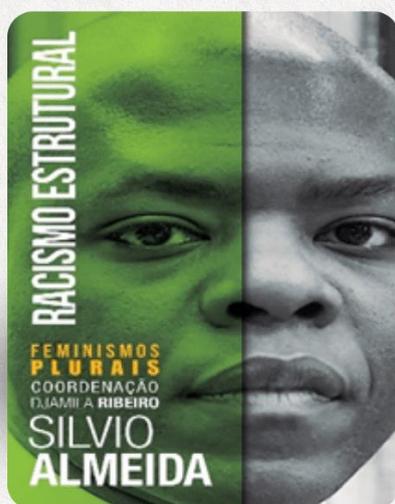
CONCEITOS IMPORTANTES

RACISMO ESTRUTURAL:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (Almeida, 2020, p, 33).



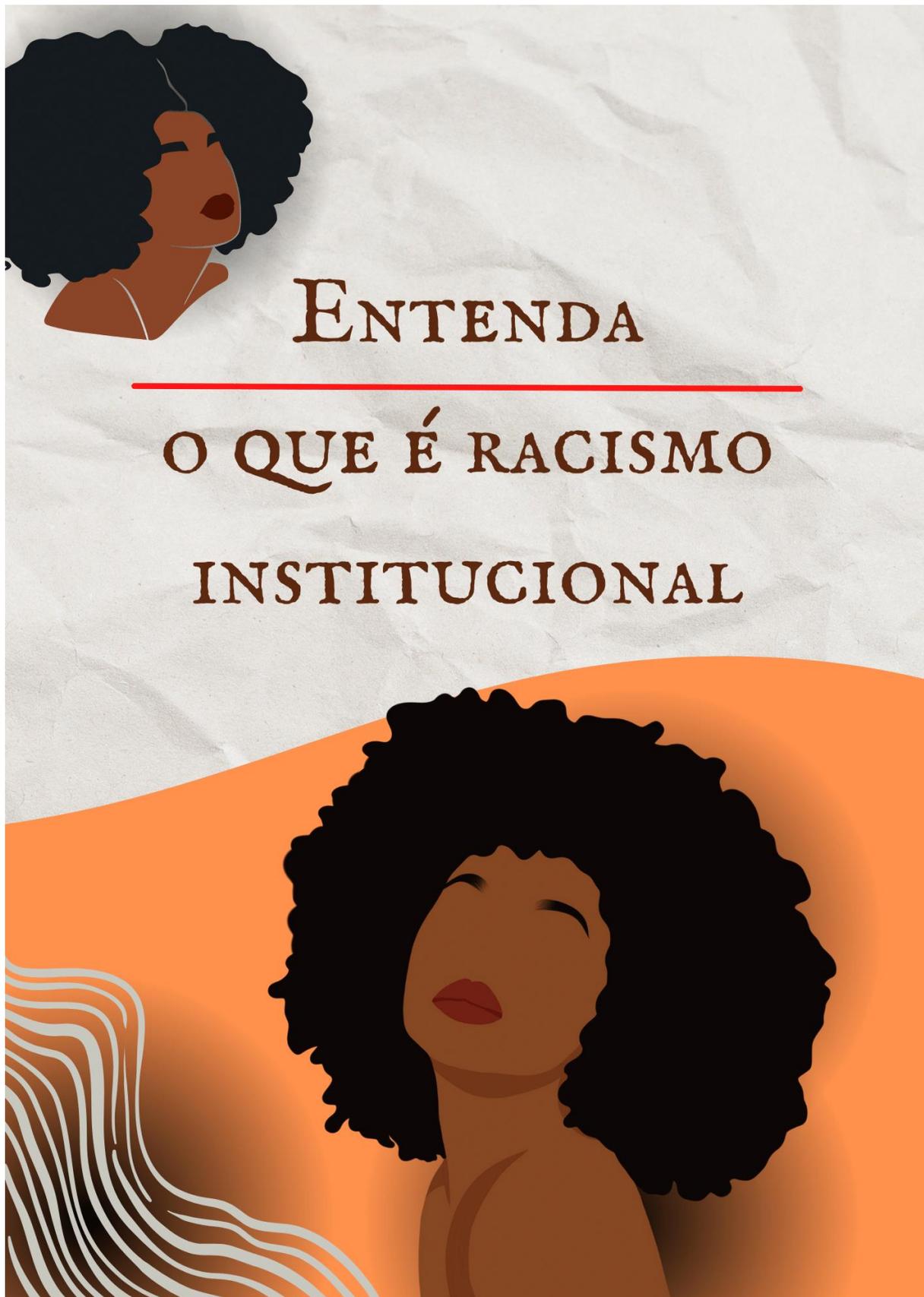
DICA DE LEITURA



Disponível em: www.amazon.com

"O que é o racismo estrutural? Traz reflexões inovadoras acerca da construção das noções de raça e racismo. Depois de fornecer argumentos e tecnologias para a escravidão e o colonialismo, tais conceitos desafiam as sociedades contemporâneas como o Brasil, onde crescem anseios por igualdade racial. A indagação central da obra exige resposta complexa, englobando aspectos históricos, políticos, sociais, jurídicos, institucionais. O autor nos convida à sua demonstração, tecida em análises feitas à luz da filosofia, ciência política, economia e teoria do direito. Com escrita sedutora e admirável erudição, Silvío Almeida finca o produtivo conceito de “racismo estrutural”. Sua obra constitui-se, desde já, em importante referência para a educação antirracista, calcada nos valores da igualdade, liberdade e direito à vida”.

Lígia Fonseca Ferreira Universidade Federal de São Paulo.



ENTENDA

O QUE É RACISMO
INSTITUCIONAL

O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”.

No Brasil, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) implementado no Brasil em 2005, definiu o racismo institucional como “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.22).

Mais recentemente Jurema Werneck definiu o racismo institucional como “um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último”. Seu impacto na vida da população negra no Brasil pode ser percebido tanto na sua relação direta com os serviços e as instituições que deveriam garantir seus direitos fundamentais, quanto no cotidiano de suas vidas.

https://racismoinstitucional.geledes.org.br/o-que-e-racismo-institucional/gad_source=1&gclid=CjwKCAjwrcKxBhBMEiwAIVF8rDtVvH7DTvdAiJ9T46R-XgHxd5loLDE20ciFDF6V8MXelqlw70UL5BoC_VUQAvD_BwE





SUGESTÃO DE LEITURA

CARTILHA ANTIRRACISTA DA
UNIVERSIDADE DE
INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

Cartilha antirracista. – Arilson dos Santos Gomes...
[et al.]. – Redenção: Serviço de Promoção da
Igualdade Racial. / Unilab, 2020

O PACTO DA BRANQUITUDE

Neste livro Cida Bento — eleita em 2015 pela *The Economist* uma das cinquenta pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade — denuncia e questiona a universalidade da branquitude e suas consequências nocivas para qualquer alteração substantiva na hierarquia das relações sociais.

Diante de dezenas de recusas em processos seletivos, Cida Bento identificou um padrão: por mais qualificada que fosse, ela nunca era a escolhida para as vagas. O mesmo ocorria com seus irmãos, que, como ela, também tinham ensino superior completo. Por outro lado, pessoas brancas com currículos equivalentes — quando não inferiores — eram contratadas.



Disponível em: www.amazon.com.br

Em suas pesquisas de mestrado e doutorado, a autora se dedicou a investigar esse modelo, que se repetia nas mais diversas esferas corporativas, e a desmistificar a falácia do discurso meritocrático. O que encontrou foi um acordo não verbalizado de autopreservação, que atende a interesses de determinados grupos e perpetua o poder de pessoas brancas. A esse fenômeno, Cida Bento deu o nome de “pacto narcísico da branquitude”.

Neste livro, a cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) reúne sua experiência para apresentar evidências desse acordo tácito e nos convidar a deslocar nosso olhar para aqueles que, a fim de se manter no centro, impelem todos os outros à margem.

MARCO LEGAL BRASILEIRO PARA CRIMINALIZAÇÃO DO RACISMO E DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Constituição Federal de 1988:

O aperfeiçoamento legal deu-se após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu, em seu artigo 5º, que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

A Constituição estabeleceu ainda outras disposições importantes, na área de combate ao racismo e à discriminação e, até mesmo, sobre a garantia de direitos das comunidades quilombolas.

Lei Caó: Lei N.º 7.716, de 05 de janeiro de 1989

Para regulamentar a disposição constitucional, em 1989, foi promulgada a Lei n.º 7.716, mais conhecida como Lei Caó, em que são definidos os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. A Constituição já era explícita, ao repudiar o racismo como uma prática social, considerando-o crime imprescritível² e inafiançável³.

Injúria Racial: Lei N.º 9.459, de 13 de maio de 1997

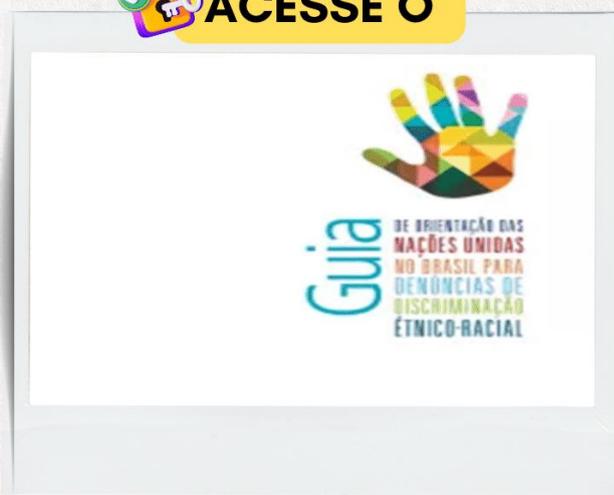
A Lei n.º 9.459/1997 ampliou a abrangência da Lei Caó, ao incluir, no artigo 1º, a punição pelos crimes resultantes de discriminação e preconceito de etnia, religião e procedência nacional. Também incluiu, em seu artigo 20, tipo penal mais genérico para o crime de preconceito e discriminação: “Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Estatuto da Igualdade Racial: Lei N.º 12.288 de 20 de julho de 2010

Em 20 de julho de 2010 foi sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010. Este dispositivo legal foi instituído com o principal objetivo de garantir à população negra a efetiva igualdade de oportunidades na sociedade brasileira, a defesa dos seus direitos individuais e coletivos, além do combate à discriminação e às demais formas de intolerância. Após quase 10 anos de tramitação no Congresso Nacional, o Estatuto é o principal marco legal para o enfrentamento da discriminação racial e das desigualdades estruturais de raça que afetam homens e mulheres afro-brasileiros.

Constitui-se, dessa forma, em um instrumento para garantia dos direitos fundamentais desse segmento, especialmente no que diz respeito a saúde, educação, cultura, esporte e lazer, comunicação, participação, trabalho, liberdade de consciência e de crença; acesso à terra e à moradia; além dos temas da proteção, do acesso à justiça e à segurança.

 **ACESSE O**



O “Guia de orientação das Nações Unidas no Brasil para denúncias de discriminação étnico-racial” é uma resposta às demandas da sociedade civil identificadas durante a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (II Conapir), realizada em junho de 2009, em Brasília.

A publicação, de linguagem simples e amigável, pretende orientar o cidadão e a cidadã na busca dos seus direitos em casos de discriminação étnica e racial sofridas no Brasil, fortalecendo, assim, os canais de comunicação entre o Sistema ONU e a sociedade civil.

<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/guia-de-orientacao-da-onu-brasil-para-denuncias-discriminacao-etnico-racial>

Indicadores da Qualidade no Ensino Médio

Apresenta conjunto de dimensões e indicadores para que escolas avaliem de forma participativa o atendimento educacional e construam propostas para melhoria do ensino médio



https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/styles/medium/public/publication/cover_image/capa_indicadores_ensinomedio.jpg.webp?itok=RCKeocxd





Os Indicadores da Qualidade no Ensino Médio têm como objetivo contribuir para a construção de um ensino médio de qualidade por meio do estímulo à autoavaliação participativa escolar em todo o País.

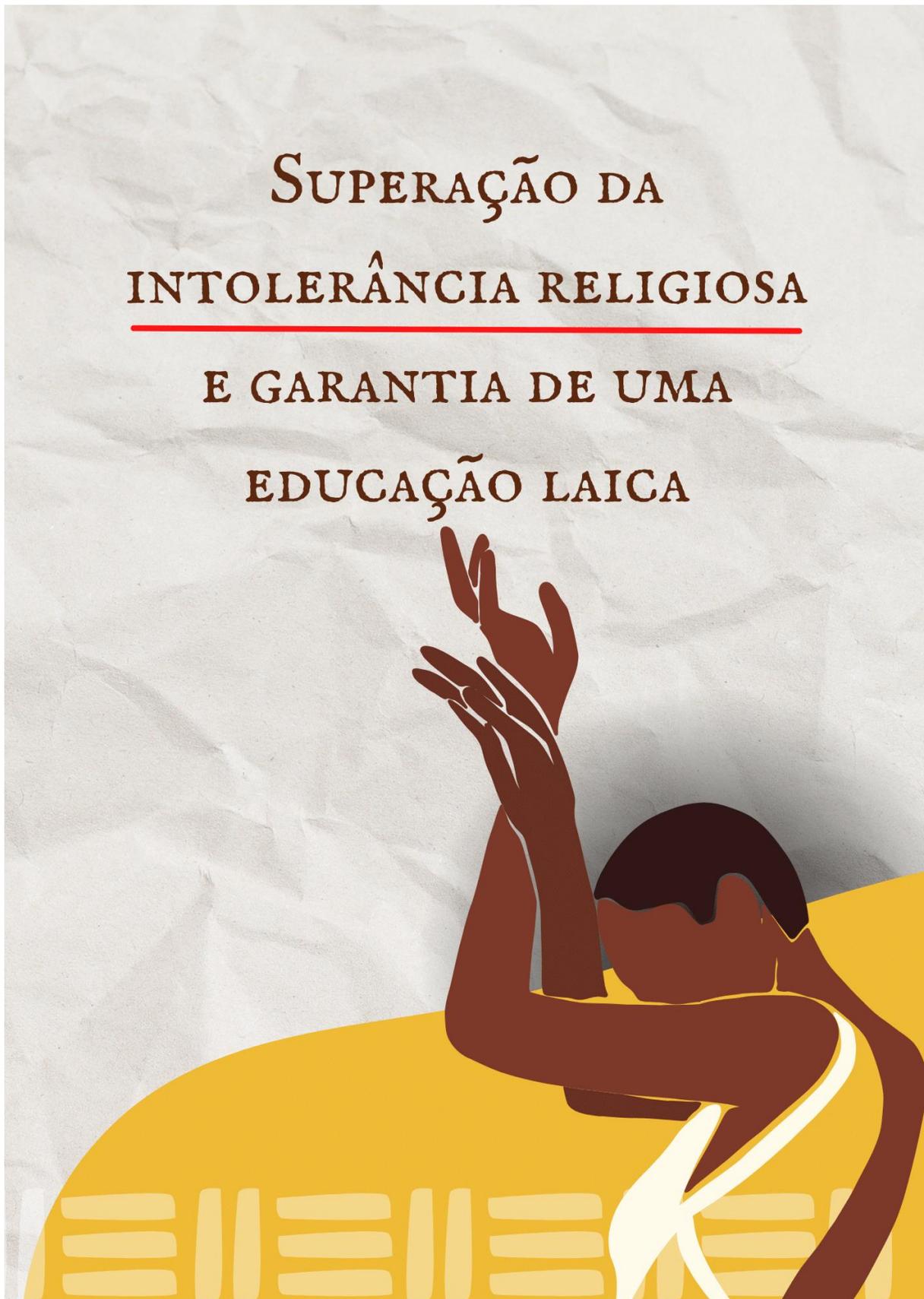
Sua elaboração contou com contribuições de adolescentes, jovens, profissionais da educação, pesquisadoras, pesquisadores, gestoras e gestores escolares e educacionais e ativistas na área de educação e de juventude de todo o Brasil.

Integra a coleção Indicadores da Qualidade na Educação (Indique), que também é composta por outros três volumes: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, Indicadores da Qualidade no Ensino Fundamental e Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola.

<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/indicadores-da-qualidade-no-ensino-medio>

SUPERAÇÃO DA
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

E GARANTIA DE UMA
EDUCAÇÃO LAICA





A intolerância religiosa é uma realidade em muitas escolas brasileiras, principalmente contra estudantes, familiares e profissionais de educação adeptos de religiões de matriz africana, como o candomblé, a umbanda, entre outras. Historicamente, por causa do racismo existente no Brasil, as religiões de matriz africana foram e ainda são desrespeitadas, desqualificadas e fortemente reprimidas. Essas religiões têm sido, ao longo dos séculos, espaços de resistência da cultura e da história do povo negro no país. São religiões ancoradas na valorização da ancestralidade, das forças da natureza e de um profundo respeito à vida.

Infelizmente, determinados familiares e profissionais de educação, que usam o seu lugar social para promover crenças religiosas, têm utilizado o espaço da escola para propagar preconceitos e discriminações contra adeptos dessas religiões.

https://www.unicef.org/brazil/media/1521/file/Indicadores_da_Qualidade_no_Ensino_Medio.pdf



IMPORTANTE

Religiões de matriz africana são religiões como o candomblé e a umbanda, que têm origem em religiões tradicionais africanas. No Brasil, se disseminaram com a vinda de negros africanos. São religiões ancoradas na valorização da ancestralidade, das forças da natureza e de um profundo respeito à vida, e que historicamente são alvo de preconceito e intolerância religiosa.

Segundo a legislação brasileira, a escola pública é laica, ou seja, não é vinculada a religião alguma, devendo garantir o direito humano à liberdade religiosa. Isso significa, de um lado, que a escola não pode impor uma religião a seus estudantes ou profissionais, fazer pregações ou ter um momento de oração, por exemplo. Por outro lado, a escola deve respeitar a religiosidade de estudantes e profissionais, não impedindo ou desrespeitando um estudante que use símbolos da sua religião, por exemplo.

https://www.unicef.org/brazil/media/1521/file/Indicadores_da_Qualidade_no_Ensino_Medio.pdf



A LUTA CONTRA O PRECONCEITO E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

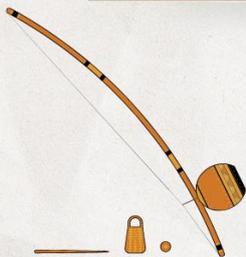
“Batuque da Liberdade”
Ecoa o gingado, pulso ancestral,
Tambores trovejam, clamando pela liberdade!
Candomblé e capoeira, um só ritual,
Enraizados na luta contra a desigualdade.
Escravos rebeldes, jamais subjugados,
Criaram artes de guerra, na dança disfarçadas.
Resistência na sombra, contra os opressores ousados,
Cultivando sua essência, jamais apagadas.
Criminalização, repressão, tentativas de calar,
Não conseguiram deter esse canto de revolta!
A capoeira segue seu ritmo a rodopiar,
Rompendo as correntes, sua força incondicional!
Hoje, o gingado ecoa, revolucionário e forte,
Resiliente, afirmando a cultura afro-brasileira.
Um legado de luta, que jamais será extirpado,
Rumo a uma sociedade justa, igualitária e verdadeira!
Que o batuque sagrado ressoe como trovão,
Anunciando a chegada de uma nova era.
Onde a capoeira e o candomblé, em união,
Erguem-se, vencendo a intolerância e a quimera.
(Herberson Sonkha, 2023)



Nesse cenário de intolerância e racismo, a capoeira e as religiões de matriz africana serviram como espaços de resistência e preservação da identidade cultural dos povos escravizados. Nesses ambientes, os elementos musicais, ritualísticos e simbólicos entrelaçavam-se, fortalecendo os laços comunitários e a conexão com a ancestralidade africana.

Essa demonização da capoeira e das religiões afro-brasileiras não se deu por acaso, mas sim como parte de um processo deliberado de apagamento e desvalorização dessas manifestações culturais pela elite branca e cristã dominante. Imbuídas de preconceitos e temendo o “poder de resistência” que essas práticas representavam, as classes dominantes buscaram, por meio de violência institucional e perseguição, suprimir e criminalizar a capoeira e as tradições religiosas afro-brasileiras.

Apresentação no pátio da escola do grupo Guerreiros do Quilombo com os integrantes do Movimento CresposCacheados.



Capoeira



O movimento CrespoCacheados também combate a intolerância religiosa, através da educação. Jeverson Brito, integrante do Movimento CresposCacheados apresentou um documentário sobre Templo Religioso de Umbanda Pai Xangô e sua Yalorixá, Mãe Indira Trindade de Dorinha Légua. Mãe Indira Trindade, é uma das mais respeitadas e atuantes representantes da umbanda caxiense e realizou um bate papo com os alunos da escola sobre como podemos combater o preconceito através do conhecimento.



O documentário tem o objetivo de informar e desmistificar a Umbanda, que é considerada uma religião afro-ameríndia brasileira e tem origens e raízes múltiplas de conceitos africanos, indígenas e cristãos.



O PATRIMÔNIO É A

NOSSA HISTÓRIA





Estátua em homenagem a Raimundo Gomes, o "Cara Preta"

BALAIADA (1838 e 1841): Resistência negra e sertaneja no Nordeste brasileiro

<https://www.pstu.org.br/balaiada-1838-e-1841-resistencia-negra-e-sertaneja-no-nordeste-brasileiro/>

Em 1838, vaqueiros liderados por Raimundo Gomes Vieira, capataz de um fazendeiro Liberal e opositor do Governo da Província, invadiu a cadeia da Vila da Manga para libertar um irmão e outros companheiros que haviam sido presos, para fins de recrutamento forçado para a Guarda Nacional. Esse episódio, aparentemente simples e isolado, ganhou repercussão quando os soldados da Guarda Nacional, que haviam sido enviados para detê-los, uniram-se aos revoltosos e dali lançaram um manifesto à população da Província. Este ato daria início a uma das mais violentas e ousadas revolta social e racial do Período da Regência no Brasil (1831-1840): a Balaiada.

A Balaiada foi um movimento de luta e resistência da população pobre e negra do Brasil.



“O Balaio chegou!

O Balaio chegou.

Cadê branco!

Não há mais branco!

Não há mais sinhô!”

Versos ouvidos nas ruas de Caxias,
em 1839, quando os balaio
tomaram a cidade.

ACESSE O MEMORIAL VIRTUAL:
<https://www.memorialvirtual.com/>



Endereço:

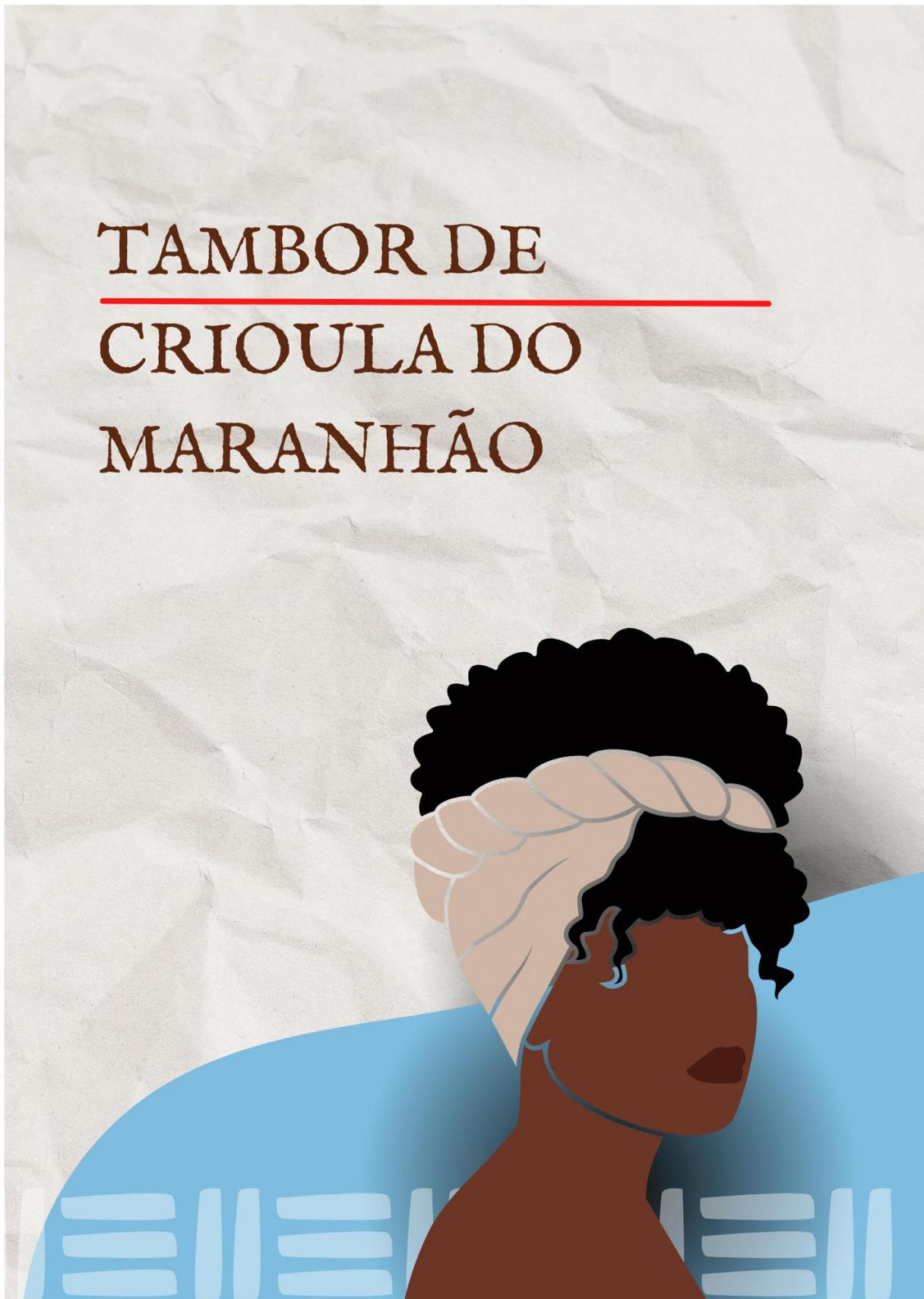
Av. General Sampaio, 297-339 - Cangalheiro, Caxias - MA,
65604-370

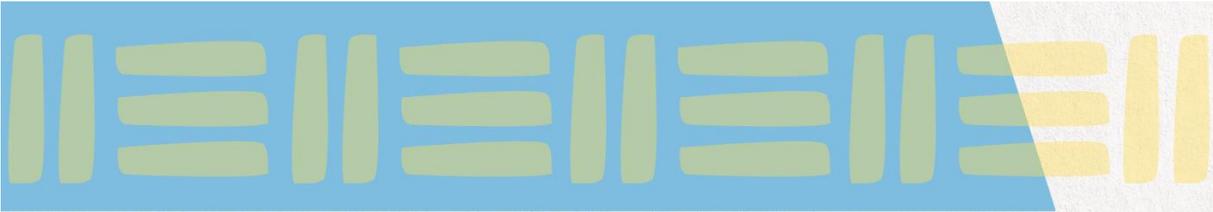
Para ler:

- Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas, Negro Cosme, tutor e imperador da liberdade (Mundinha Araújo, Editora Ética, 2008).
- A guerra dos Bem-te-vis: A Balaiada na memória oral (Matthias Röhrig Assunção, Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2008)
- A Balaiada (Maria de Lourdes Mônico Janotti, Editora Brasiliense, 1991)
- A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão (Maria Januária Vilela Santos, Editora Ática, 1983)

TAMBOR DE

CRIOULA DO
MARANHÃO





No Maranhão, dentro do heterogêneo conjunto das manifestações culturais populares, o Tambor de Crioula se destaca como uma das modalidades mais difundidas e ativas no cotidiano da capital e do interior, fazendo parte das atividades festivas, da sensibilidade musical e da definição da identidade cultural dos maranhenses. E embora não se possa precisar com segurança as origens históricas do tambor, é possível encontrar, dispersas em documentos impressos e na memória dos mais velhos, referências a práticas lúdico-religiosas realizadas ao longo do século XIX por sujeitos escravizados e seus descendentes, como forma de lazer e resistência ao contexto opressivo do regime de trabalho escravocrata.

O Tambor de Crioula é uma forma de expressão de matriz afro-brasileira tida como divertimento ou maneira de louvor e pagamento de promessa. Foi trazido para o Brasil por homens e mulheres escravizados de diversas regiões do continente africano nos séculos XVIII e XIX e está presente em diversos municípios do Maranhão, e em menor intensidade nos estados do Para e Piauí.

O Tambor de Crioula foi registrado como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro em 2007 e está inscrito em um dos quatro Livros de Registro na categoria Formas de Expressão do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Está incluído entre as expressões do samba, derivado originalmente do batuque, assim como o jongo no Sudeste, o samba de roda do Recôncavo Baiano, o coco no Nordeste e algumas modalidades do samba carioca.

A manifestação geralmente acontece ao ar livre, em praças, no interior de terreiros, em festivais, em cemitérios ou associado a outros eventos e manifestações, sem um local específico ou calendário pré-fixado. É praticado em devoção a Nossa Senhora da Conceição, às Almas, em festejos do Divino Espírito Santos, São Sebastião, mas especialmente em louvor a São Benedito.

O Tambor envolve dança, canto, músicas tradicionais e percussão de três tambores artesanais, conhecidos como parêlas, cobertos com couro ou material sintético e afinados pelo calor do fogo. Dela participam coreiras e coreiros, conduzidos pelo ritmo intenso dos tambores e pelo influxo das marchas evocadas por tocadores e cantadores, culminando na punga ou umbigada – gesto característico, entendido geralmente como saudação e convite. A punga é dada geralmente no abdômen, no tórax, ou passada com as mãos, numa espécie de cumprimento.



<https://museuafro.ufma.br/>



MUSEU CAFUA DAS

MERCÊS
(MUSEU DO NEGRO)



Rua Jacinto Maia,54 – Bairro
Praia Grande
São Luis, Maranhão
E-mail: mham@ma.gov.br

Missão

Adquirir, preservar, conservar objetos e acervos relativos à história e memória da escravidão e da cultura afro brasileiro maranhense, contribuindo ao mesmo tempo para o conhecimento, reconhecimento da nossa diversidade cultural e valorização da matriz cultural africana.

Localizado no bairro da Praia Grande, antigo bairro das grandes casas, comerciais do Maranhão, no início do século XIX, a Cafua das Mercês também conhecida como Museu do Negro é um espaço cultural destinado a preservação da memória da forte presença, da cultura afro no Maranhão.

Neste espaço museológico encontram-se instrumentos do período da escravidão, objetos da cultura afro-maranhense, sobretudo do tambor-de-mina(indumentária, acessórios de indumentária e instrumentos musicais utilizados nos rituais religiosos da Casa das Minas, Casa de Nagô e outros terreiros do Maranhão), e uma valiosa coleção de arte africana proveniente de diversas regiões e etnia da África, a exemplo de grupos culturais como Bambara, Dogon, Senufo e outros.

Segundo a tradição, a Cafua das Mercês era um antigo depósito de escravos, construído no século XVIII para receber os negros africanos, que desembarcavam no Portinho vindos da África, para ali serem comercializados. O aspecto sombrio do prédio, em estilo colonial, de fachada uniforme, contendo apenas uma porta principal ladeada e encimada por seteiras centradas em nicho emoldurados por argamassas, constituindo as únicas aberturas de luz e ventilação do prédio,indica a tirania da escravatura. O prédio é pequeno com apenas dois pavimentos, com um compartimento cada, embora se saiba que o mesmo já ocupou área bem maior e que no seu interior havia outros compartimentos hoje extintos.

<http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/mham/index.php?page=mcafum>



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. Empoderamento. São Paulo: Sueli Carneiro; (feminismos Plurais\ coordenação de Djamila Ribeiro). Pólen, p 184, 2019.

BRASIL. Lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003. D.O.U. 10 de Janeiro de 2003.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

CARREIRA, Denise e SOUZA, Ana Lúcia Silva. Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores\as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e pesquisa, Belo Horizonte, v.29, n1, p.167- 182,2003.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PARECER 03/2004. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores (Portuguese Edition) (p. 103). Planeta. Edição do Kindle.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

ANEXOS

ANEXO A: ESTATUTO COLETIVO CABELOS CRESPOS/CACHEADOS



COLETIVO CRESPOS/CACHEADOS

“Seu cabelo. Sua identidade”

CAPÍTULO I

A DENOMINAÇÃO, OS FINS E A SEDE DA ASSOCIAÇÃO

Art.1º- Sob a denominação de Coletivo Crespos/Cacheados, fundado no dia 12 de novembro de 2015 pela idealizadora Walderia Mirelle Silva Sperandio, fica instituída esta organização social e civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que será regida por este estatuto e pelas normas jurídicas legais pertinentes na conjuntura social.

Art.2º- O Coletivo Crespos/Cacheados não possui sede própria, mas constitui suas assembleias e fóruns na Rua Santo Antônio, 745, Bairro Campo de Belém, em Caxias – MA (CEP: 65609110) ou de maneira *online*.

Art.3º- O Coletivo Crespos Cacheados tem por objetivo refletir sobre a questão étnico/racial e cultural que atravessam as características físicas e do cabelo afrodescendente, na mentalidade social do respeito e inclusão social, eximindo-se de qualquer forma violência ou discriminação sobre os corpos de negras e negros, com ênfase nas juventudes do município.

Art.4º - O Coletivo Crespos Cacheados atua no combate ao racismo nos vários âmbitos sociais em suas manifestações diversas, buscando ampliar as discussões acerca desta temática e extinguir qualquer prática de discriminação racial.

Parágrafo Primeiro - Para a consecução de suas finalidades, o Coletivo Crespos Cacheados executa ações em praças e outros órgãos/instituições visando:

I – execução de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos entre homens (cis/trans) e mulheres (cis/trans) com cabelos ondulados, crespos ou cacheados numa perspectiva educativa, artística, cultural e informativa;

II – o respeito aos valores éticos e sociais, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade, mediante ciclo de atividades culturais, oficinas, palestras, vídeos e textos reflexivos;

III – promoção da assistência social, exposição de ideias e troca de experiências, aceitação e a valorização das diferenças;

IV – participação de profissionais das áreas das ciências sociais, filosofia, antropologia, pedagogia entre outros para o efeito educativo e a necessidade da percepção e compreensão dos conteúdos diversos que envolvem a pluralidade étnico racial entre outros;

VI – promoção de direitos de pessoas negras ao espaço social e a tolerância recíproca que assenta a vida social;

VII – discutir os aspectos jurídicos que envolvem o ataque à qualquer forma de violência e intolerância e/ou preconceito a qualquer cidadão.

VIII – promoção da ética, paz, cidadania, dos direitos humanos, da democracia e outros valores universais.

Art. 5º - O Coletivo Crespos Cacheados não se envolverá com outras organizações de maneira avulsa, sem consentimento das ações interventivas ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais, a não ser que essas entidades queiram contribuir com aspectos coesivos para a aplicação de novos projetos ou outras ações acima do objeto de trabalho deste Coletivo.

CAPÍTULO II

REQUISITOS PARA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS

Art.6º- São admitidos ao Coletivo Crespos/Cacheados todas as pessoas físicas indicadas por membros ou pessoas físicas que se disponibilizem a somar aos objetivos do Coletivo. De modo que tal pedido de admissão será analisado pela diretoria.

Art.7º - Perdem a qualidade de membros aqueles que expressarem voluntariamente o desligamento das atividades do Coletivo.

Parágrafo Único – O membro da diretoria que faltar a cinco reuniões consecutivas da diretoria, sem justificativa legal, será substituído pela assembleia geral.

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 8º - São Direitos dos membros:

I – participar das reuniões e atividades ligadas ao Coletivo;

II – propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho;

III – apresentar propostas, programas e projetos de ação para o “Coletivo Crespos/Cacheados”;

IV – Recorrer a Assembleia Geral contra qualquer ato da diretoria;

V - Candidatar-se a qualquer cargo da diretoria nos termos do Estatuto Social.

Parágrafo Único – Os direitos sociais previstos neste Estatuto são pessoais e intransferíveis, podendo ser discutidos em diversas entidades de natureza administrativa e jurídica.

Art. 9 - São deveres dos membros:

I – observar o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da sociedade;

II – cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio do “Coletivo Crespos/Cacheados” e difundir seus objetivos e ações.

CAPÍTULO IV

AS FONTES DE RECURSOS PARA SUA MANUTENÇÃO

Art. 10- Os recursos para a manutenção do Coletivo Crespos/Cacheados poderão vir de pessoas físicas ou jurídicas, empresas, membros, órgãos governamentais, OSC, nacionais ou estrangeiros, além dos organismos internacionais que compõem o sistema das Organizações das Nações Unidas. Tendo como possibilidade do recebimento de recursos doações; dotações; contribuições e valores recebidos em razão de eventos, projetos, cursos, concursos, pesquisas, oficinas, seminários, congressos, shows, comercialização de produtos, publicação de livros, artigos e congêneres; valores, patrocínios ou auxílios diversos recebidos em razão de prestação de serviços, convênios, consultorias, contratos, parcerias, projetos e programas socioeducativos; juros e dividendos decorrentes de aplicações financeiras; subvenções oriundas do Poder Público; heranças jacentes; rendas eventuais ou provimentos decorrentes de seus bens.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 11– O Coletivo compõe-se de Órgãos Administrativos:

I. Diretoria

II. Assembleia Geral

Parágrafo Único: Os cargos dos órgãos de administração serão ocupados por representantes eleitos na forma deste Estatuto.

SEÇÃO I

Art. 12 - A diretoria é o órgão executivo composto por um Presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro.

Art. 13 - A Diretoria do Coletivo Crespos Cacheados, visando imprimir maior operacionalidade às ações do Coletivo Social e deverá assumir as seguintes atribuições para:

- I – coordenar e dirigir as atividades do “Coletivo Crespos/Cacheados”;
- II – celebrar eventos, datas comemorativas importantes em nosso calendário;
- III – realizar parcerias com escolas, universidades, professores, pesquisadores nas áreas de relações étnicos-raciais, ou similares;
- IV – representar o “Coletivo Crespos/Cacheados” em eventos, reuniões e demais atividades do interesse do Coletivo Crespos Cacheados;
- V – A Diretoria poderá se reunir sempre que puder para elaborar plano de trabalho coletivamente;
- VI – Cumprir e fazer cumprir o estatuto e o regulamento interno.
- VII - elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;

Parágrafo Único - O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, vedada mais de duas reeleições consecutivas.

Art. 14 - Compete ao Presidente:

- I - representar o Coletivo, ativa e passivamente;
- II – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III – convocar a Assembleia Geral;
- IV – convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V – assinar com o tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras do Coletivo.

Art. 15 - Compete ao Vice Presidente:

- I - substituir o Presidente em suas eventuais ausências e impedimentos;
- II – assumir a função de Presidente, em caso de vacância, até o término do mandato;
- III - atender e desempenhar funções especiais que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 16- Compete ao Secretário:

- I - dirigir e organizar os serviços de Secretaria;
- II - secretariar e lavrar as atas de reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

III - elaborar as pautas das reuniões da Diretoria e da Assembleia geral.

Art. 17- Compete ao Tesoureiro:

- I - orientar, analisar e fiscalizar a contabilidade do grupo;
- II – arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, mantendo em dia a escrituração;
- III – pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- IV – apresentar relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- V - assinar, juntamente com o Presidente, os documentos necessários para pagamentos e remessas de valores;
- VI – apresentar relatório de receita e despesas sempre que forem solicitados;
- VII – conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

SEÇÃO II

Art. 18 – A Assembleia Geral é o órgão máximo do “Coletivo Crespos/Cacheados” e será formada pela Diretoria e demais membros que compõem o Coletivo, na qual podem ser realizadas solicitações, reuniões, organização de atividades, eleição, prestação de contas, entrega de relatórios entre outras composições que possam surgir.

Art. 19 - Compete à Assembleia Geral:

- I. Eleger os membros da diretoria;
- II. Destituir os membros da diretoria;
- III. Alterar este estatuto;
- IV. Eleger os substitutos da Diretoria no caso de vacância definitiva;

Art. 20 – Na Assembleia Geral cada membro terá direito a um voto por igual.

Art. 21– As decisões da Assembleia Geral serão obrigatórias para todos os membros independentemente de sua categoria ou grau hierárquico, ainda que vencidos nas deliberações ou que a elas não tenham comparecido.

Art. 22– A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário para planejar próximas ações.

Art. 23– O (a) Presidente da Mesa da Assembléia Geral, pôr sua iniciativa, poderá convocar uma Assembleia Geral Extraordinária a qualquer momento.

Parágrafo Único – A convocação da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á através de ligações telefônicas, e-mails ou redes sociais dos membros colaboradores e componentes do Coletivo Crespos Cacheados, com antecedência.

CAPÍTULO VI

DA RENÚNCIA E DA DESTITUIÇÃO DOS CARGOS DO “Coletivo Crespos/Cacheados”

Art. 24 – Os detentores de cargos no “Coletivo Crespos/Cacheados” poderão renunciar a qualquer momento.

Parágrafo Único – Com exceção do cargo de Presidente, cuja vacância será suprida pelo Vice-Presidente.

Ocorrendo a renúncia ou destituição de qualquer detentor de cargo, este será substituído por outro eleito pela Assembleia Geral em sessão convocada para este fim. Enquanto o novo membro eleito para assumir o cargo não tomar posse, todas suas funções serão exercidas interinamente por qualquer um dos diretores.

Art. 25 – Serão destituídos de seus cargos os titulares de cargo no “Coletivo Crespos/Cacheados” que incorrerem em grave violação do Estatuto Social.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 26 - As eleições para os cargos da Diretoria deverão ser realizadas em Assembleia Geral na última semana do corrente mês de forma presencial ou online.

Art. 27 - Nas eleições para os cargos da Diretoria Executiva, os candidatos serão apresentados por chapas contendo seus nomes e a designação do cargo pretendido.

Art. 28 - Um mesmo associado não poderá inscrever seu nome através de mais de uma chapa.

Art. 29 - Somente poderão concorrer às eleições os membros e colaboradores, sendo que estes, deverão estar vinculados há pelo menos 1 (um) ano, residir em Caxias - MA ou cidades próximas de fácil acesso.

Art. 30 - Caberá à Diretoria formalizar as candidaturas no Livro de Registro de Inscrição de Chapas e Candidatos.

Art. 31 - Será proclamada vencedora a chapa da Diretoria Executiva que alcançar a maioria simples dos votos dos cooperados presentes na Assembleia.

Parágrafo Único - O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, vedada mais de duas reeleições consecutivas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - É expressamente proibido utilizar da imagem e alcance do Coletivo Crespos Cacheados em atividades que não dialoguem e que, de alguma forma, possam infringir os objetivos do grupo.

Art. 33 - As atividades realizadas pelos membros do Coletivo Crespos Cacheados poderão ser remuneradas no intuito de cobrir gastos como: traslado para outras cidades/estados, alimentação, estadia e auxílio para realização de palestras/oficinas.

Art. 34 - O Coletivo Crespos/Cacheados não segue ideologia política ou crença religiosa, bem como não tem qualquer preconceito, seja em razão de raça, cor, sexo, identidade de gênero, nacionalidade ou demais.

Art. 35 - O Coletivo Crespos/Cacheados tem personalidade e patrimônio distinto das suas associadas, as quais não respondem solidária e/ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas expressa ou tacitamente por seus representantes em nome da OSC.

Art. 36 - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral especificamente convocada.

Art. 37 - O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de janeiro, e terminando em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 38 - No caso de dissolução do Coletivo Crespos/Cacheados o respectivo patrimônio líquido remanescente deverá ser transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza, que apresente regularidade jurídica e cujo objeto associativo seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta, a critério da Assembleia Geral.

Art. 39 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, ressalvado o direito de recurso à Assembleia Geral.

Caxias, 12 de setembro de 2019.

Coletivo Crespos/Cacheados.